Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ 15.141.799/0001-03

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca Associação Brasileira das Companhias Abertas

BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo

FESA 3 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA

FESA 4 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA

50 ANOS

Ferbasa

RELATÓRIO ANUAL 2010

Senhores (as) Acionistas,
A Administração da Cia. de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa) tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, elaboradas de acordo com a legislação vigente, já adotados os padrões contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards- IFRS), junto com o relatório dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Em 2010, apesar da indústria siderúrgica nacional ter sofrido com a concorrência acirrada das importações, a Ferbasa encerrou o ano com bom resultado. Um dos melhores de nossa história.

Cabe frisar que, nesse ano, o desempenho da Companhia só não foi melhor por conta da: (i) redução da demanda de aço, principalmente na Europa, região para a qual a empresa exporta normalmente, na qual a siderurgia sofreu impactos significativos; (ii) excessiva valorização do real. Esses movimentos levaram a FERBASA a implementar mudanças estratégicas, objetivando a melhoria das suas margens operacionais.

As medidas adotadas para minimizar, por exemplo, os impactos da valorização do real, mostraram-se corretas. Basearam-se na: (i) melhoria da eficiência gerencial e produtiva, que acarretou a redução de custos; (ii) manutenção, pelo menos, do *market-share* conquistado no período pré-crise (2008/2009); e (iii) preservação do caixa da empresa, como forma de não depender de recursos de terceiros que, no país, são sabidamente bastante caros.

Sem dúvida que, em 2010, um aspecto muito importante, que influenciará positivamente o resultado operacional da empresa, foi a renovação do contrato de fornecimento de energia elétrica pela CHESF - Cia Hidroelétrica do São Francisco. Com a renovação, a Ferbasa, uma das maiores consumidoras individuais de energia na região Nordeste, garantiu, até junho de 2015, energia a um preço competitivo.

Cabe ressaltar que, durante o segundo semetre de 2010, foram realizados estudos de viabilidade econômica, visando o aumento do leque de produtos e melhoria de algumas operações. Com base nesses estudos, foram implementados projetos que terão grande repercussão no desempenho da empresa no futuro próximo. Merecem menção, entre os estudos e projetos postos em prática em 2010:

- Trabalho de pesquisa para prospecção e comprovação de nova reserva de cromita em área contígua à reserva atual;
- Prospecção e compra de terras, objetivando o aumento da nossa reserva de eucalipto para produção de carvão;
- Análise de investimentos para fabricação de modernos fornos de carvoejamento, com destaque para a fabricação com carregamento e descarga mecanizada;
- Execução de importantes ações ambientais, tais como a conclusão da montagem do sistema de despoeiramento para todos os fornos de ferro silício;
- Preparação para a adesão da empresa ao nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa, finalizada em janeiro de 2011.

Não resta dúvida que a Ferbasa encerra 2010 com a segurança e a convicção de que está no caminho certo para enfrentar com determinação os desafios que terá pela frente em 2011. Isso porque continuará a contar com o desempenho e o comprometimento do conjunto de funcionários e colaboradores, do corpo diretor, da Fundação José Carvalho (acionista majoritário), e do Conselho de Administração, este último responsável pela definição das políticas e diretrizes e do acompanhamento quanto ao cumprimento das mesmas. Um item importante de sua governança corporativa está no fato do Conselho de Administração se reunir mensalmente.

A Companhia está confiante no crescimento, em 2011, da demanda de ferro ligas. Ao manter uma política de melhoria contínua da sua performance operacional, comercial e financeira, vislumbra um cenário bastante promissor, a ponto de esperar divulgar, ainda no primeiro semestre de 2011, os investimentos que, entre 2011 e 2015, ajudarão a mudar, e muito, o seu desempenho.

1 DESEMPENHO OPERACIONAL

PRODUÇÃO

(em toneladas)

Produtos	2010	2009	Var%
FerCrAC	141.963	81.844	73,45%
FerCrBC	18.353	7.045	160,52%
FeSi75	91.911	74.754	22,95%
FeSiCr	13.116	1.745	651,63%
	265.343	165.388	60,44%

A produção total de ferro-ligas da Ferbasa no ano de 2010 aumentou 60,44% em comparação com o ano de 2009.

VENDAS (em toneladas)

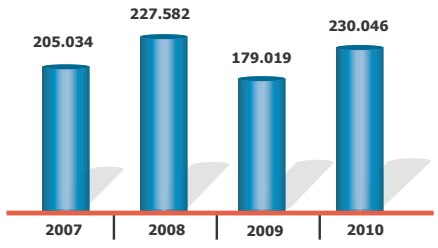
Em 2010 as vendas totalizaram 230.046 toneladas de ferro-ligas. Em comparação ao ano anterior, onde registramos vendas de 179.019 toneladas, observamos um crescimento de 28,50% ano a ano. No ano de 2010, tivemos como destaques, o crescimento das vendas do Ferro Silício 75% no mercado interno em 77,59%, e dos produtos Ferro Cromo Alto Carbono e Ferro Cromo Baixo Carbono, que apresentaram um crescimento de 79,68% e 122,23% no mercado externo, respectivamente.

Quantidade

(em toneladas)

Mercado interno	2010	2009	Var%
Ferro Cromo Alto Carbono	116.183	90.805	27,95%
Ferro Cromo Baixo Carbono	14.099	8.833	59,62%
Ferro Silício 75%	37.671	21.212	77,59%
Ferro Sílico Cromo	207	23	800,00%
TOTAL MI	168.160	120.873	39,12%
Mercado externo	**2010**	**2009**	**Var%**
Ferro Cromo Alto Carbono	7.412	4.125	79,68%
Ferro Cromo Baixo Carbono	1.998	899	122,23%
Ferro Silício 75%	52.476	53.122	-1,22%
TOTAL ME	61.886	58.146	6,43%
TOTAL	**230.046**	**179.019**	**28,50%**

VENDAS (em toneladas)



Estoques (t)	2010	2009
Ferro Cromo Alto Carbono	26.766	15.943
Ferro Cromo Baixo Carbono	4.297	2.014
Ferro Silício Cromo	1.611	988
Ferro Silício 75%	4.739	2.866
Total	**37.413**	**21.811**

Receita Líquida

A receita líquida acumulada do ano de 2010 representou um aumento de 49,30% em comparação ao mesmo período de 2009. Destaque para o mercado interno, onde a receita liquida atingiu R$ 506.314 mil, superando em 66,57% os R$ 303.970 mil registrados no ano de 2009.

É importante ressaltar – ver gráfico abaixo - que os resultados de 2010 só foram superados pelos de 2008, em função dos seguintes fatores: (i) em 2008, os preços do ferro cromo atingiram níveis que, dificilmente, voltarão a se repetir; e (ii) em 2008, a média da relação dólar/real foi superior à de 2010 (o real se valorizou mais neste último ano).

As tabelas e os gráficos, a seguir, representam a receita líquida por produtos:

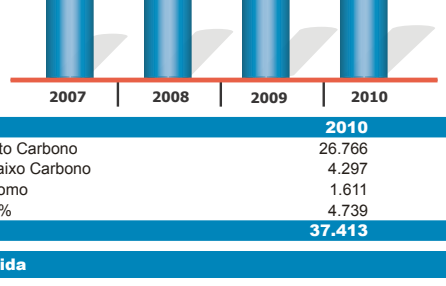
RECEITA LIQUIDA TOTAL - Por produtos

(em R$ mil)

Mercado interno	2010	2009	Var%
Ferro Cromo Alto Carbono	298.649	184.309	*62,04%*
Ferro Cromo Baixo Carbono	65.354	42.797	*52,71%*
Ferro Silício 75%	97.149	49.592	*95,90%*
Minério	36.569	24.799	*47,46%*
Outros	8.593	2.473	*247,47%*
TOTAL MI	506.314	303.970	*66,57%*
Mercado externo	**2010**	**2009**	**Var%**
Ferro Cromo Alto Carbono	16.586	7.053	*135,16%*
Ferro Cromo Baixo Carbono	8.099	3.336	*142,78%*
Ferro Silício 75%	141.852	136.469	*3,94%*
Minério (1)	327	60	*445,00%*
TOTAL ME	166.864	146.918	*13,58%*
TOTAL	**673.178**	**450.888**	**49,30%**

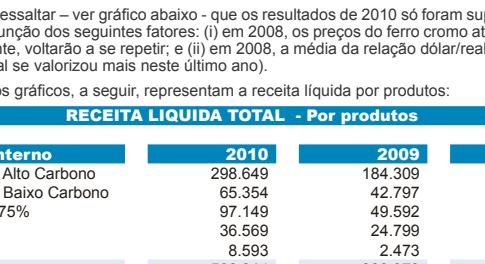
Notas: (1) receita de minérios inclui: lump, concentrado e areia de cromita.
(2) receita de outros inclui: silício cromo, cal e calcário.
(3) MI = mercado interno , ME = mercado externo.

Receita líquida total (em R$ mil)



Composição da Receita líquida (%)

2010



2009

2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONTROLADORA)

Resultado Bruto e Margens

Em 2010, o lucro bruto totalizou R$ 192.827 mil, representando um aumento de 342,29% em relação à 2009 (Ajustado pelo IFRS). Em 2010, a margem bruta atingiu 28,64%, ante 9,67%, em 2009.

Esses aumentos foram sustentados, principalmente, pelo acréscimo da quantidade vendida, aumento do preço do ferro cromo alto carbono no segundo trimestre de 2010, ademais do aumento do preço do ferro silício ao longo de todo o ano, bem como do incremento da produção, o que resultou em custos menores comparativamente à 2009, ano em que 8 fornos de FeCr foram desligados por um período de 3 meses.

DESEMPENHO OPERACIONAL

(em R$ mil) Ajustado IFRS

Indicadores Econômicos	2010	2009	Var%
Receita operacional bruta	828.212	566.420	46,22%
Mercado interno	657.376	416.242	57,93%
Mercado externo	170.836	150.178	13,76%
Lucro bruto	192.827	43.597	342,29%
Lucro líquido	133.729	29.060	360,18%
% ROL	*19,87%*	*6,45%*	
Ebitda	156.920	24.926	529,54%
% ROL	*23,31%*	*5,53%*	
Lucro (prejuízo) por ação	1,51	0,33	

INDICADORES FINANCEIROS	2010	2009
Endividamento %	15,22	15,93
Imobilização Capital Próprio %	49,38	49,58
Rentabilidade do Ativo %	11,30	2,72
Rentabilidade do PL %	13,02	3,16
Liquidez Corrente	5,97	5,97
Liquidez Seca %	4,14	4,40
Ciclo Estoque (dias)	108	119
Ciclo Clientes (dias)	45	41
Ciclo Fornecedores (dias)	22	21

A Ferbasa manteve sua estrutura de financiamento constituída, predominantemente, por recursos próprios. Em 2010, seu endividamento permaneceu muito baixo, o nível de liquidez bastante confortável e a pequena variação do seu caixa refletiu, apenas, os pagamentos de dividendos e dos juros sobre capital próprio, a fornecedores e obrigações trabalhistas. Vale notar que, mesmo sem contar com o valor de seus estoques, a Ferbasa apresenta R$ 4,14 em direitos, para cada R$ 1,00 em obrigações de curto prazo.

Todavia, sua estrutura de financiamento baseada em recursos próprios, sobretudo para investimentos em manutenção, crescimento orgânico e aumento de capacidade produtiva, não descartará, se necessário, a utilização de recursos de terceiros, desde que esses sejam obtidos a custos semelhantes aos que pagam as grandes empresas nacionais, nos mercados interno ou externo.

Despesas operacionais

Despesas com vendas
Em 2010, as despesas com vendas totalizaram R$ 10.021 mil, comparativamente a R$ 7.486 mil de 2009. Entretanto, corresponderam, respectivamente, a 1,5% e 1,7% da receita líquida dos respectivos anos. O aumento da despesa, em 2010, esteve relacionada ao aumento do volume de vendas.

Despesas administrativas e honorários

Em 2010, as despesas gerais e administrativas e honorários totalizaram R$ 34.179 mil, contra R$ 43.024 mil, em 2009. Sobre a receita líquida, corresponderam, respectivamente, a 5,1% e 9,5%. A queda nessas despesas esteve associada, sobretudo, ao aumento de custos em 2009, tais como, rescisões e desligamento de fornos, decorrentes da crise econômica mundial, cujo impacto maior se fez sentir nesse ano.

Resultado financeiro líquido

Em 2010, o resultado financeiro foi de R$ 32.342 mil, enquanto, em 2009, foi de R$ 38.279 mil. A diminuição pode ser explicada, em grande parte, pela variação cambial que, em 2009, foi positiva em R$ 8.063 mil, enquanto, em 2010, foi de R$ 453 mil e pelos juros sobre encargos pagos à Chesf no valor de R$ 4.304 mil.

Ademais, em 2010, as receitas financeiras acumularam R$ 38.633 mil, em comparação com R$ 40.440, em 2009. A diferença esteve associada à queda das taxas de juros de nossas aplicações financeiras, isto é, à queda continuada da taxa SELIC entre 2009 e 2010. Em 2009 as aplicações estavam concentradas em CDB, enquanto que em 2010, concentram-se em Fundos Exclusivos de Investimento em Renda Fixa junto a instituições financeiras de grande porte.

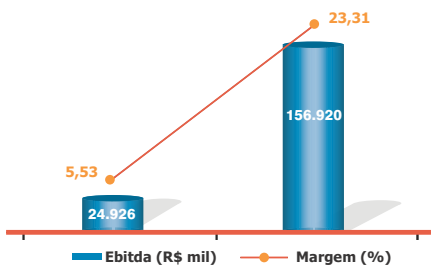
Do valor de R$ 6.291 mil referentes às despesas financeiras de 2010, R$ 663 mil se destinaram ao pagamento de juros sobre adiantamentos de contrato de câmbio, R$ 4.304 mil referem-se ao pagamento de juros sobre encargos da CHESF e R$ 1.324 mil sobre as demais transações e contratos financeiros.

EBITDA ajustado

No ano de 2010, a geração de caixa medida pelo Ebitda foi de R$ 156.920 mil, contra R$ 24.926 mil em 2009. Portanto, o crescimento foi de 529,54%, conforme demonstrado abaixo:

Ebitda Ajustado (em R$ mil)	controladora 2010	2009	var %
Lucro Liquido	133.729	29.060	360,18%
Provisão IR/CSLL	26.432	8.973	194,57%
Equivalência Patrimonial	(3.002)	(4.383)	-31,51%
Resultado Financeiro Liquido	(32.342)	(38.279)	-15,51%
Depreciação/Exaustão	32.103	29.555	8,62%
Ebitda	156.920	24.926	529,54%
% s/ receita liquida total	23,31%	5,53%	

Margem Ebitda (%)



Geração de caixa

Em 2010, as atividades operacionais geraram recursos na ordem de R$ 78.824 mil. Os investimentos consumiram R$ 141.115 mil, utilizados na aquisição de equipamentos, manutenção do imobilizado e aplicações financeiras. Os financiamentos demandaram R$ 56.273 mil. O saldo inicial de caixa e equivalente de caixa, que foi de R$ 347.459 mil, em dezembro de 2009, caiu para R$ 228.895 mil, no final de 2010, devido principalmente ao aumento de aplicações em renda fixa, com liquidez superior a 360 dias, no montante de R$ 82.696 mil.

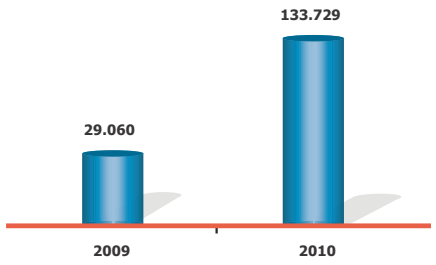
No que se refere à geração de caixa das atividades operacionais, o impacto mais significativo se deu pelo lucro líquido do exercício, de R$ 133.729 mil, e pelo aumento de contas a receber e estoques, respectivamente, R$ 48.327 mil e R$ 44.652 mil. Com relação às atividades de financiamento, a liquidação dos adiantamentos de câmbio, em R$ 106.328 mil, foi o item mais relevante de 2010.

Dívida financeira

A dívida financeira foi integralmente liquidada em 30/09/2010. Os valores resultaram, exclusivamente, da antecipação de contratos de câmbio no curto prazo (30 a 180 dias), representados pela tomada de ACC nos meses de janeiro, fevereiro e maio de 2010.

Lucro líquido (R$ mil)

Em 2010, o lucro líquido acumulado foi de R$ 133.729 mil, com margem de 19,9%; em 2009, o lucro foi de R$ 29.060 mil e a margem de 6,4%.



3 DESTINAÇÃO DO LUCRO

A Ferbasa adota a política de distribuição de dividendos de acordo com a lei em vigor, que estabelece um mínimo de 25% sobre o lucro líquido, deduzidos pelas: reserva legal e reservas de incentivos fiscais. Em dezembro de 2010, contabilizamos o valor de R$ 21.971 mil, a titulo de JSCP, sob forma de adiantamento de dividendos, valor pago em Janeiro de 2011.

A Ferbasa adota a política de compesar o IRRF do JSCP, acrescentando-o aos dividendos complementares.

Do lucro líquido apurado, após as deduções legais, a diretoria executiva sugeriu à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a distribuição de dividendos de 28,11% do lucro líquido ajustado, com base no seguinte:

a) Juros sobre o capital próprio no montante bruto de R$ 21.971 mil, conforme deliberação do Conselho de Administração ocorrida em 28 de outubro de 2010, com pagamento aprovado para 17 de janeiro de 2011 (ações ordinárias: R$ 0,2333 por ação; ações preferenciais: R$ 0,25665 por ação).

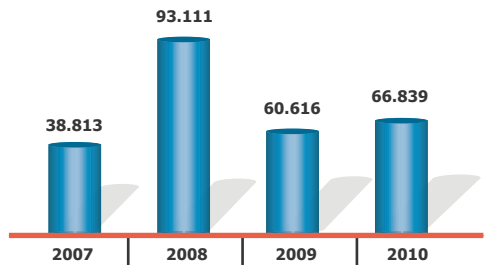
b) Proposta de distribuição de dividendos líquido da antecipação intermediária, feita na forma de juros sobre capital próprio, para Assembleia Geral Ordinária, no montante de R$ 7.798 mil (ações ordinárias: R$ 0,0828 por ação; ações preferenciais: R$ 0,0911 por ação).

4 INVESTIMENTOS

Em 2010, a Companhia investiu o montante de R$ 66.839 mil, ante uma depreciação de R$ 32.103 mil, assim distribuídos: R$ 1.935 mil, no término das reformas nos fornos IX e X; R$ 10.360 mil, na aquisição de máquinas e equipamentos para metalurgia; R$ 15.725 mil - sistema de despoeiramento dos fornos, tratamento integrado de efluentes líquidos e meio ambiente; R$ 19.490 mil, em desenvolvimento, pesquisa e infra-estrutura de minas, lavras e equipamentos de mineração; R$ 16.072 mil, na área de florestas; e R$ 3.257 mil, na renovação da frota de veículos e adequações dos prédios funcionais e outros.

Investimentos (%)

Diretoria Industrial	Metalurgia	*17,65*
	M. ambiente	*22,57*
Diretoria Reflorestamento		*28,36*
Diretoria de Mineração		*27,98*
Diretoria Administrativa		*1,54*
Diretoria Comercial		*1,50*
Diretoria Financeira		*0,40*
		100,00



5 RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Às vésperas de completar cinqüenta anos, a FERBASA, criada em 1961, pioneira em várias ações dedicadas à valorização e ao desenvolvimento humano, em 2010, concentrou grande parte de sua atenção na implementação ou continuidade de vários programas com essa dimensão.

Nesse contexto, ciente de que a longevidade de qualquer organização equivale à sua capacidade de criar e manter um adequado quadro de líderes, instituiu o Programa de Formação de Líderes. A proposta tem a finalidade precípua de capacitar as lideranças para a condução das áreas de atuação da empresa, alinhadas com os seus objetivos estratégicos. Além de permitir um melhor conhecimento do negócio, ajudará na reflexão estratégica, no aumento da produtividade e garantirá uma maior dose de sucesso na implementação dos projetos da Companhia.

Em 1979, foi instituído o Programa de Formação Profissional, voltado ao atendimento de jovens da região, com o objetivo central de dar oportunidade ao acesso a cursos profissionalizantes, nas áreas de mecânica e elétrica, entre outras. Constituindo-se num eixo importante para a formação de talentos, o programa vem sendo conduzido até o presente, graças aos excelentes resultados alcançados.

O Programa Jovem Aprendiz não somente deu cumprimento às exigências legais, mas, foi realçado por temas enriquecedores voltados à educação para a cidadania, somados ao seu objetivo de propiciar aos jovens a oportunidade da qualificação profissional para competir e ingressar no mercado de trabalho.

Sempre com a intenção de elevar os desafios e as metas voltadas ao crescimento profissional das pessoas, planeja-se para 2011, o redesenho dos principais programas desenvolvidos com essa finalidade, objetivando a melhoria dos aspectos qualitativos e a ampliação das oportunidades oferecidas aos públicos internos e externos.

Outras iniciativas que merecem destaque são: a criação da Gerência de Relação com Investidores e da reestruturação da Área de Comunicação, com vistas a melhorar a objetividade e a clareza na disseminação das informações e reforçar a cultura da transparência em todos os níveis de relacionamentos.

O Programa de Responsabilidade Social da Ferbasa conservou seus pilares essenciais, cujas diretrizes são centradas na educação de qualidade. Nesse sentido, beneficiou escolas situadas em Pojuca (BA), Campo Formoso (BA) e Andorinha (BA), promovendo a recuperação das suas estruturas físicas, proporcionando-lhes ambientes mais acolhedores.

Diversos projetos foram apoiados, nos campos da cultura, lazer, esporte, combate às drogas, educação ambiental e no trânsito. Estas ações alcançaram os municípios onde a Ferbasa desenvolve suas atividades operacionais, valorizando-se as iniciativas com possibilidades de impactos positivos para o desenvolvimento dessas localidades.

O ano de 2010 foi especialmente importante para a continuidade na implantação da OHSAS 18.001:2007, sistema de gestão de saúde e segurança que visa à melhoria contínua dos métodos de trabalho, alcançando-se melhores resultados e redução na ocorrência de acidentes.

Obtivemos, mais uma vez, a manutenção da certificação da ISO 9001:2008. As práticas operacionais evidenciaram uma melhoria contínua do processo, que se constata pelo baixíssimo índice de reclamações dos nossos clientes.

A adoção de práticas que reflitam em prevenção ou minimização dos impactos de suas operações ao meio ambiente norteia as políticas da Companhia, em todas as suas áreas de atuação, seja na metalurgia, no reflorestamento ou nas atividades mineiras, estabelecendo o crescimento sustentável como um dos princípios fundamentais. Para alcançar este fim, investiu-se, em 2010, aproximadamente, 16 milhões, somente em controles ambientais no Parque Industrial.

O Programa de Educação Ambiental, existente desde 2002, foi reformulado com ênfase numa diretriz ambiental mais corporativa, onde as ações foram projetadas para contemplar diversas atividades (treinamentos, capacitações e palestras), voltadas para o público interno e comunidades adjacentes.

A gestão ambiental da Companhia vem melhorando continuamente com a implantação de métodos e procedimentos sistemáticos, como a ISO 14.001, em desenvolvimento. O novo desafio da Ferbasa é o Programa de Limpeza e Organização da Área, em processo de implantação, voltado à garantia de um ambiente de trabalho mais seguro, limpo, saudável e sem desperdícios.

Indicadores Sociais (R$ mil)

1. Número de funcionários:	Dez-2009	Dez-2010
	2.271	2.831

2. Indicadores	2010
Alimentação	2.185
Salários e encargos	111.352
Saúde	5.154
Participação nos Lucros - empregados	3.295
Previdência Privada	1.465
Apoio à Educação	350
Apoio à Cultura e ao Esporte	250
Outros	160
TOTAL	**124.211**

6 MERCADO DE CAPITAIS

Desempenho das ações Ferbasa na BM&FBovespa

Detalhes do desempenho das ações da Ferbasa no mercado de capitais são apresentados a seguir:

Indicadores		2010	2009	var %
Número de transações		43.279	76.801	-43,6%
Ações negociadas (milhões)		30.968	85.016	-63,6%
Valor transacionado (R$ milhões)	1	390.816	728.846	-46,4%
Valor de mercado (R$ milhões)	2	1.187	1.033	14,9%
Ações existentes (milhões)	3	88.320	88.320	
Valor patrimonial por ação (R$)		11,62	9,85	17,9%
Cotação (R$ p/ ação preferencial)	4	13,44	11,70	14,9%

Notas:
(1) cotação média das transações de 2010 = R$ 12,28 e de 2009 = R$ 11,64.
(2) cotação da última transação do ano de 2010/acumulado da ação preferencial escritural (PE), multiplicado pelo total das ações (OE+PE) existente no mesmo período;
(3) Deste total, 40 ações ordinárias encontravam-se em tesouraria no final de 2010;
(4) cotação das ações PE no último pregão do período.

Composição acionária – 31/12/2010

Acionistas	Qtde Ações Ordinárias	%	Qtde Ações Preferenciais	%	TOTAL	%
Fundação José Carvalho	29.078.696	98,77	15.160.000	25,75	44.238.696	50,09
Fundo Fator Sinergia III e IV FIA	100	0,00	7.371.400	12,52	7.371.500	8,25
Norges Bank	-	0,00	3.532.900	6,00	3.532.900	4,00
VBI Exclusivo Açoes Fundo Inv	-	0,00	2.650.000	4,50	2.650.000	2,97
Ações em tesouraria	40.000	0,14	-	0,00	40.000	0,04
Outros (free float)	321.204	1,09	30.165.700	51,23	30.486.904	34,52
Total Ferbasa	**29.440.000**	**100,00**	**58.880.000**	**100,00**	**88.320.000**	**100,00**

A empresa, com a adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, a partir de janeiro de 2011, pretende desenvolver programa de divulgação de suas ações, de forma a dar maior transparência às suas decisões e à sua estratégia de crescimento. Para tanto, como se verá mais adiante, deu início à estruturação de área que ficará subordinada diretamente a presidência da diretoria executiva, que deverá estabelecer maior e melhor relacionamento com os investidores. Pretende-se que reuniões com os investidores sejam mais sistemáticas. Afora outras ações que deverão ser adotadas, essa aproximação do investidor e uma melhora na qualidade das informações ao mercado, permitirão uma recuperação significativa no valor da ação da Companhia.

7 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTE

Destacamos a política de relacionamento com auditores independentes, na prestação de serviços outros que não os relacionados à auditoria externa, referendados por princípios que preservem a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais; c) o auditor não deve advogar para seu próprio cliente. Em conformidade com o estabelecido na Instrução CVM nº 381/03, informamos que no exercício de 2010 não foram contratados serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes.

8 PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES

O planejamento estratégico da Companhia realizado durante o 1T10, consolidou os objetivos de crescimento da empresa.

Desde o início do exercício, foram levados à efeito alguns projetos essenciais ao crescimento sustentado de nossas operações, a saber: planejamento estratégico da companhia com apoio e assessoramento da FDC-Fundação Dom Cabral; programa de otimização de custos nas minerações; programa de capacitação em liderança e gestão; contratação de consultoria específica em mineração, para apoio na prospecção e comprovação de novas reservas. No momento, dispomos de equipe com dedicação exclusiva na análise de novos investimentos e em estudos de redução de custos.

No âmbito da gestão administrativa, criamos a área de Comunicação Corporativa, a área de Gestão Integrada, agregando segurança, saúde, qualidade e meio ambiente. Como referido, na área de Governança, realizamos sensíveis melhorias, tais como, a criação da Gerência de Relacionamento com Investidores, que começou a se consolidar a partir da realização da primeira reunião com a APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais, em São Paulo. Na segunda metade de 2010 passamos a divulgar, mensalmente, mais informações aos acionistas e pretendemos aprofundar essa divulgação com novas e melhores informações. Ainda em 2010, foi dado início a implantação da área de Auditoria Interna. A adesão em 2011, no nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, é uma sinalização de que levaremos adiante esse compromisso.

No âmbito de negócios, a Companhia está fazendo pesquisas geológicas no sentido de aumentar suas reservas de cromo, uma vez que, inevitavelmente, aumentará a produção brasileira de aço inoxidável e, como conseqüência, aumento no consumo de ferro cromo. Para que seja possível atender um futuro aumento dessa produção, A FERBASA realizará os investimentos que vierem a ser necessários.

Por outro lado, a tendência de acréscimo nos preços de ferro cromo é perceptível, já que as principais fornecedoras sul-africanas dessa liga já anunciaram sinais de reajuste, a partir do segundo trimestre de 2011. Para o ferro silício, o aumento da demanda mundial vem acontecendo a cada trimestre, devendo, em 2011, ocorrer um crescimento ainda maior. A Companhia está convencida que a sua capacidade instalada de produção estará quase totalmente tomada, como consequência do crescimento do setor siderúrgico.

Diante do exposto, a administração da FERBASA mantém inalterada a confiança de um 2011 promissor. Ademais, atuará fortemente para minimizar os impactos negativos da volatilidade cambial e até, se ocorrer (pouco provável), da queda nos preços. Nesse sentido, continuará a fazer das políticas de redução de custos e comercial, as bases para alavancar o crescimento e a sustentabilidade dos seus negócios.

Ao completar meio século de atividades, em 2011, a FERBASA agradece a confiança e o bom relacionamento com clientes, acionistas, fornecedores, entidades governamentais e o empenho de seus colaboradores. Esperamos ainda, continuar com o apoio imprescindível de todos, para darmos continuidade ao crescimento sustentável e a nossa trajetória de sucesso.

Pojuca-BA, 11 de março de 2011.

A Administração

Continua >>>

>>> Continuação

Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ 15.141.799/0001-03

AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca Associação Brasileira das Companhias Abertas

BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo

FESA 3 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA

FESA 4 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA

Ferbasa

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	228.895	347.459	329.125	266.789	382.732	360.034
Aplicação financeira	6	116.785	24.167	-	116.785	24.167	-
Contas a receber de clientes	7	111.478	61.991	69.552	111.478	61.991	69.552
Estoques	8	194.771	143.548	220.846	194.860	143.689	220.987
Impostos a recuperar	9	4.450	8.976	9.834	4.800	9.675	10.009
Despesas antecipadas		151	101	377	151	101	377
Outras contas a receber		3.195	1.742	2.223	2.593	988	1.545
Total do ativo circulante		659.725	587.984	631.957	697.456	623.343	662.504
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo:							
Contas a receber de clientes (controlada)	7	-	-	1.630	-	-	-
Estoques	8	7.352	6.427	4.411	7.352	6.427	4.411
Impostos a recuperar	9	4.150	4.057	5.228	8.812	8.633	13.996
Depósitos judiciais	11	4.511	4.392	4.358	4.641	4.521	4.549
Depósito para reinvestimento	18	-	7.495	1.021	-	7.495	1.021
Outros créditos		507	601	459	519	613	471
Investimentos:							
Sociedades controladas	12	45.219	42.821	39.192	-	-	-
Outros		78	78	78	124	124	124
Imobilizado	13	337.826	311.501	291.778	345.915	319.749	300.246
Ativo biológico	14	123.521	101.822	96.397	123.521	101.822	96.397
Intangível		503	397	721	503	397	721
Total do ativo não circulante		523.667	479.591	445.273	491.387	449.781	421.936
TOTAL DO ATIVO		**1.183.392**	**1.067.575**	**1.077.230**	**1.188.843**	**1.073.124**	**1.084.440**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	15	40.787	21.751	24.948	40.766	21.730	24.927
Adiantamentos de contratos de câmbio	16	-	46.555	4.454	-	46.555	4.454
Obrigações trabalhistas e encargos	17	31.035	16.635	29.960	31.049	16.643	29.960
Impostos e contribuições sociais	18	9.679	2.923	25.762	9.834	3.028	26.059
Dividendos propostos	22	4.502	-	27.243	4.565	-	27.278
Juros sobre o capital próprio	22	21.656	8.742	536	21.656	8.742	536
Outras contas a pagar		2.864	1.894	3.787	2.864	1.895	3.788
Total do passivo circulante		110.523	98.500	116.690	110.734	98.593	117.002
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	15	-	5.550	6.902	-	5.550	6.902
Provisão para passivo ambiental	19	10.940	9.805	8.788	10.940	9.805	8.788
Impostos e contribuições sociais	18	2.290	7.043	7.696	2.377	7.130	7.783
Impostos diferidos	10	18.707	21.166	23.556	20.262	22.578	24.606
Provisão para passivos eventuais	20	13.818	4.628	5.916	13.818	5.228	7.892
Total do passivo não circulante		45.755	48.192	52.858	47.397	50.291	55.971
Total dos passivos		156.278	146.692	169.548	158.131	148.884	172.973
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	22	706.132	645.515	543.223	706.132	645.515	543.223
Reservas de lucros	22	275.880	232.793	306.216	275.880	232.793	306.216
Reservas de capital		-	-	9.795	-	-	9.795
Ajustes de avaliação patrimonial	22	41.834	41.834	41.834	41.834	41.834	41.834
Dividendos adicionais propostos	22	3.296	769	6.642	3.296	769	6.642
Ações em tesouraria	22	(28)	(28)	(28)	(28)	(28)	(28)
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores		1.027.114	920.883	907.682	1.027.114	920.883	907.682
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	-	-	3.598	3.357	3.785
Total do patrimônio líquido		1.027.114	920.883	907.682	1.030.712	924.240	911.467
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.183.392**	**1.067.575**	**1.077.230**	**1.188.843**	**1.073.124**	**1.084.440**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	31/12/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	31/12/2009
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	23	673.178	450.888	673.058	450.753
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14	18.320	(7.286)	18.320	(7.286)
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	8 e 24	(498.671)	(400.005)	(497.586)	(398.763)
LUCRO BRUTO		192.827	43.597	193.792	44.704
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas		(10.021)	(7.486)	(10.021)	(7.486)
Gerais e administrativas		(24.336)	(34.407)	(24.623)	(34.762)
Honorários dos administradores	29	(9.843)	(8.617)	(9.885)	(8.657)
Participação nos lucros (empregados)		(11.292)	(3.321)	(11.292)	(3.321)
Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas		(12.518)	5.605	(12.015)	8.827
Total	24	(68.010)	(48.226)	(67.836)	(45.399)
Equivalência patrimonial	12	3.002	4.383	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		127.819	(246)	125.956	(695)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		38.633	40.440	42.133	43.703
Despesas financeiras		(6.291)	(2.161)	(6.295)	(3.941)
Total	25	32.342	38.279	35.838	39.762
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		160.161	38.033	161.794	39.067
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Isenção e redução		19.185	1.109	19.185	1.109
Corrente		(48.076)	(12.472)	(49.325)	(13.572)
Diferido		2.459	2.390	2.316	2.028
	10	(26.432)	(8.973)	(27.824)	(10.435)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		133.729	29.060	133.970	28.632
Lucro atribuído aos acionistas controladores		133.729	29.060	133.729	29.060
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		-	-	241	(428)
Lucro básico/diluído por ação ON - R$	22	1,4201	0,3086		
Lucro básico/diluído por ação PN - R$	22	1,5621	0,3395		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	31/12/2009	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	31/12/2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		133.729	29.060	133.970	28.632
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos		(5.145)	(8.473)	(5.233)	(6.792)
Depreciações, amortizações e exaustões		19.410	24.750	19.570	24.969
Exaustão de ativos biológicos	14	12.693	4.806	12.693	4.806
Variação valor justo dos ativos biológicos	14	(18.320)	7.286	(18.320)	7.286
Equivalência patrimonial	12	(3.002)	(4.383)	-	-
Custo residual de ativo permanente baixado		130	430	130	430
Impostos diferidos	10	(2.459)	(2.390)	(2.316)	(2.028)
(Reversão) constituição de provisão para passivos eventuais	20	9.190	(1.288)	8.590	(2.663)
Reversão de provisão para perda Eletrobrás		94	(142)	94	(142)
Provisão para perda em estoque		(2.035)	4.022	(2.035)	4.022
		144.285	53.678	147.143	58.520
Dividendos recebidos		754	678	-	-
Redução (aumento) nas contas do ativo					
Contas a receber de clientes		(48.327)	6.502	(48.327)	6.502
Estoques		(44.652)	69.781	(44.600)	69.781
Impostos a recuperar		6.964	(511)	7.327	4.878
Partes relacionadas		-	1.630	-	-
Juros recebidos		36	2.074	36	1.164
Outros ativos		(2.234)	127	(2.253)	(9)
Aumento (redução) nas contas do passivo					
Fornecedores		8.305	(4.451)	8.305	(4.451)
Impostos, taxas e contribuições sociais		(6.709)	3.619	(6.750)	3.613
Imposto de renda e contribuição social a pagar		29.642	10.517	30.874	11.611
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.233)	(39.149)	(19.381)	(40.231)
Salários e encargos sociais		14.400	(13.325)	14.400	(13.325)
Juros pagos		(5.237)	(1.047)	(5.237)	(1.912)
Outros passivos		(170)	(1.893)	(107)	(3.580)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		78.824	88.230	81.430	92.561
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de imobilizado	13	(50.767)	(43.080)	(50.767)	(43.080)
Ativo biológico	14	(16.072)	(17.517)	(16.072)	(17.517)
Recebimento pela venda de imobilizado		462	662	477	730
Aplicação financeira (mantida até o vencimento)		(107.301)	(24.167)	(107.301)	(24.167)
Resgate de aplicação financeira (mantida até o vencimento)		24.605	-	24.605	-
Depósito para reinvestimento		7.958	(2.699)	7.958	(2.699)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(141.115)	(86.801)	(141.100)	(86.733)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamentos de contrato de câmbio - contratação		58.996	197.588	58.996	197.588
Liquidação de adiantamento de contratos de câmbio		(106.328)	(146.798)	(106.328)	(146.798)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(8.941)	(33.885)	(8.941)	(33.920)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		(56.273)	16.905	(56.273)	16.870
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(118.564)	18.334	(115.943)	22.698
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		347.459	329.125	382.732	360.034
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		228.895	347.459	266.789	382.732
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(118.564)	18.334	(115.943)	22.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital: Isenção/redução de imposto de renda	Reservas de capital: Reserva de reinvestimento	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Incentivo fiscal	Reservas de lucros: Para investimentos	Reservas de lucros: Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 - APRESENTADO		543.223	9.181	614	38.790	67.098	183.236	-	-	(28)	-	842.114	-	842.114
Adoção de CPC - ativo biológico	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.092	17.092	-	17.092
Transferência para reserva para investimentos - ativo biológico	14	-	-	-	-	-	17.092	-	-	-	(17.092)	-	-	-
Adoção de CPC - custo atribuído (terrenos)	13	-	-	-	-	-	-	-	38.815	-	-	38.815	-	38.815
Adoção de CPC - custo atribuído (terrenos - controladas)	13	-	-	-	-	-	-	-	3.019	-	-	3.019	-	3.019
Dividendos complementares exercício 2008 - propostos		-	-	-	-	-	-	6.642	-	-	-	6.642	-	6.642
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.785	3.785
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009 - AJUSTADO		543.223	9.181	614	38.790	67.098	200.328	6.642	41.834	(28)	-	907.682	3.785	911.467
Capitalização de reservas		102.292	(9.181)	-	-	-	(93.111)	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de reserva		-	-	(614)	-	(145)	-	-	-	-	145	(614)	-	(614)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	139	139	-	139
Dividendos complementares 2008 aprovados em AGO		-	-	-	-	-	-	(6.642)	-	-	-	(6.642)	-	(6.642)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.060	29.060	(428)	28.632
Destinação do lucro:														
Juros sobre o capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.742)	(8.742)	-	(8.742)
Dividendos complementares exercício 2009 - propostos	22	-	-	-	-	-	-	769	-	-	(769)	-	-	-
Formação de reservas		-	-	-	1.782	1.109	16.942	-	-	-	(19.833)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 - AJUSTADO		645.515	-	-	40.572	68.062	124.159	769	41.834	(28)	-	920.883	3.357	924.240
Capitalização de reservas		60.617	-	-	-	(60.617)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de reserva		-	-	-	-	(353)	-	-	-	-	-	(353)	-	(353)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	97	97	-	97
Dividendos complementares 2009 aprovados em AGO		-	-	-	-	-	-	(769)	-	-	-	(769)	-	(769)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	133.729	133.729	241	133.970
Destinação do lucro:														
Juros sobre o capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.971)	(21.971)	-	(21.971)
Dividendos propostos	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.502)	(4.502)	-	(4.502)
Dividendos complementares exercício 2010 - propostos	22	-	-	-	-	-	-	3.296	-	-	(3.296)	-	-	-
Formação de Reservas		-	-	-	6.686	21.148	76.223	-	-	-	(104.097)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		706.132	-	-	47.258	28.240	200.382	3.296	41.834	(28)	-	1.027.114	3.598	1.030.712

(*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no anterior

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

Geração do valor adicionado	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	31/12/2009	%	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	31/12/2009	%
Receita de vendas, vendas canceladas e outras receitas		823.091	551.578	49	823.091	551.647	49
Insumos adquiridos de terceiros							
Matérias-primas consumidas		(122.827)	(55.881)	120	(122.827)	(53.509)	130
Custos dos produtos vendidos		(93.229)	(117.041)	(20)	(92.046)	(117.041)	(21)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(178.115)	(135.906)	31	(178.140)	(135.300)	32
Valor adicionado bruto		428.920	242.750	77	430.078	245.797	75
Depreciações, amortizações e exaustões		(32.103)	(29.556)	9	(32.263)	(29.775)	8
Valor adicionado líquido		396.817	213.194	86	397.815	216.022	84
Recebido de terceiros							
Receitas financeiras		38.633	40.440	(4)	42.133	43.703	(4)
Equivalência patrimonial	12	3.002	4.383	(32)	-	-	
Valor adicionado gerado		438.452	258.017	70	439.948	259.725	69

Distribuição do valor adicionado	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	31/12/2009	%	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31/12/2010	31/12/2009	%
Empregados							
Remuneração direta		126.471	97.809	29	126.513	97.847	29
Benefícios		22.530	14.055	60	22.530	14.055	60
FGTS		6.360	5.618	13	6.360	5.618	13
Governo							
Federais		97.164	75.367	29	98.283	76.585	28
Estaduais		41.716	28.944	44	41.720	28.944	44
Municipais		1.811	1.649	10	1.811	1.649	10
Juros e aluguéis		8.671	5.515	57	8.761	6.395	37
Acionistas	22	26.473	8.742	203	26.473	8.742	203
Lucros retidos		107.256	20.318	428	107.256	20.318	428
Participação dos não controladores		-	-		241	(428)	156
Valor adicionado distribuído		438.452	258.017	70	439.948	259.725	69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua >>>

>>> Continuação

Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ 15.141.799/0001-03

AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES
abrasca Associação Brasileira das Companhias Abertas
BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo
FESA 3 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA
FESA 4 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA
50 ANOS
Ferbasa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca/BA, e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Sua controladora é a Fundação José Carvalho. A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização dos diversos tipos de ferro ligas; a pesquisa e exploração de jazidas e beneficiamento de minérios para consumo próprio, para industrialização e comercialização; fabricação e comercialização de cal virgem e cal hidratada; a elaboração, execução e administração de projetos de florestamento, reflorestamento, silvicultura e manejo sustentado, incluindo-se planos de proteção ambiental, visando a obtenção de madeiras para uso próprio ou comercialização; a transformação de florestas em carvão vegetal; aproveitamento econômico de resíduos sólidos gerados no processo de fabricação do ferro ligas, incluindo-se a produção e comercialização de brita de escória, para a construção civil e asfalto a frio; estabelecimento e exploração de qualquer indústria que, direta ou indiretamente se relacione com seu objeto, inclusive, mediante participações em outras Companhias, como acionista ou quotista.
A Companhia possui controladas nas áreas de mineração, ferro ligas de silício, florestamento e reflorestamento, cujas atividades estão arrendadas à Companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.
A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Arcelor Mittal, Gerdau e Marubeny STD, que representam cerca de 36,8%, 11,6% e 6,9% respectivamente do total da receita de vendas de ferro ligas. Para 2009, a concentração ocorreu para os clientes Arcelor Mittal e Gerdau que representam cerca de 40,64% e 10,98% respectivamente.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 - Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:
✓ As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado" – BR GAAP e IFRS; e
✓ As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora" – BR GAAP.
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.
Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 - Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09)
A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o programa de integridade social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09), foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. A Companhia manifestou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 2009 e 2010.

2.3 - Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico o qual está mensurado a valor justo e o ativo imobilizado (terrenos) para o qual a Companhia optou pela avaliação ao custo atribuído (*deemed cost*), conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

2.4 - Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individual e consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.5 - Transações e saldos em moeda estrangeira
Na elaboração das demonstrações financeiras as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de cada transação.
No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

2.6 - Instrumentos financeiros

2.6.1 - Ativos financeiros
Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros, mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado
Os ativos financeiros, mensurados a valor justo por meio de resultado, são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria.
A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável.
Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, no caso da Companhia e suas controladas, compreendem os saldos em aplicações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda
Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente.
A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

d) Empréstimos e recebíveis
São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida, através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
No caso da Companhia e controladas compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa
São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes
São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data das demonstrações financeiras, ajustados por provisão para perda, se necessária.
Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.6.2 - Deterioração de ativos financeiros
Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.6.3 - Passivos financeiros
Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e adiantamentos de contrato de câmbio. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

2.7 - Estoques
Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.
Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:
✓ Matérias-primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis; e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização, líquidos dos custos de venda.
✓ Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
✓ Estoques de materiais para manutenção e consumo: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede ao seu custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção, por ocasião do consumo ou obsolescência.
O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda, no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.
A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulante ou não circulante, considerando o histórico do consumo.
Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

2.8 - Base de consolidação e investimentos em controladas
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.
As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa nº 3.

2.9 - Imobilizado
Terrenos estão demonstrados pelo valor justo (na data de transição), os demais bens do imobilizado são registrados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução do valor recuperável (se aplicável).
A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido, na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 13.
A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurida e a reserva lavrável estimada.
A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas – líquidas".
Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços ou administrativos, são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.
Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo, quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.
A Administração da Companhia e de suas controladas optou pela adoção do custo atribuído ("*deemed cost*"), para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 e ICPC 10 (na data de transição), especificamente para a rubrica de terrenos. Com relação aos demais itens do ativo imobilizado, a Administração da Companhia entende que o custo histórico era similar ao valor justo na data de transição, tendo em vista que não apresentavam defasagens relevantes em relação aos valores registrados.

2.10 - Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros *("impairment")*
Os bens do imobilizado, intangível, ativo biológico e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

2.11 - Ativos biológicos
Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e que são destinados para produção de carvão vegetal (matéria-prima utilizada na produção de ferro ligas) quando colhidos. O processo de colheita e rebrota ou replantio tem um ciclo aproximado de 7-14 anos. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.
As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 14.
A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia, a variação (ganho ou perda) do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, na linha específica de "variação de valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos no desenvolvimento dos ativos biológicos, as perdas e os ativos biológicos colhidos no exercício.

2.12 - Intangível
O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.
As licenças de programas de computador adquiridas são capitalizadas e amortizadas às taxas de 20% a.a. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do exercício como despesa, a medida que são incorridos.

2.13 - Subvenções governamentais
As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.
São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.
A Companhia possui as seguintes subvenções governamentais:

2.13.1 - ICMS – DESENVOLVE
Em 7 e 8 de outubro de 2006, foi publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, a Resolução nº 70/2006, do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE, que retifica e ratifica a Resolução nº 131, de 26/04/2005, que habilitou *"ad referendum"* do Plenário ao estabelecimento-sede localizado em Pojuca, concedendo-lhe os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferro ligas, nos seguintes termos:
• Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
• Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE;
• Fixar a parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em que exceder a R$ 1.911, corrigido este valor a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M, o qual incidirá taxa de juros de 65% (sessenta e cinco por cento) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE. Esta parcela atualizada para 31 de dezembro de 2010 corresponde a R$ 2.435;
• Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da publicação da Resolução concessiva no DOE.
No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS.
A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi registrada nos resultados dos exercícios de 2010 e de 2009 e está mencionada na nota explicativa nº 23.

2.13.2 - Imposto de renda sobre o lucro da exploração
Em função da modernização de empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, extinta ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a Companhia pleiteou o reconhecimento de benefício fiscal de Redução do Imposto de Renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, tendo em vista o término deste incentivo. Em 27 de dezembro de 2006, foi expedido Laudo Constitutivo de nº 301/2006, relativo à concessão de incentivos fiscais, na fabricação de ferro ligas e seus subprodutos, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2006.
Posteriormente, em 27 de maio de 2008, foi também expedido Laudo Constitutivo de nº 0072/2008, relativo à concessão de incentivos fiscais, na extração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos retroativos a 2008.
A Companhia protocolou junto à Secretaria da Receita Federal, em 17 de janeiro de 2007, processo nº 13502.00046/2007-02 e em 30 de junho de 2008, processo nº 13502.001113/2008-89, visando os reconhecimentos dos direitos de redução do referido incentivo, concedido pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, para o qual obteve homologação tácita.
Com a promulgação da Lei nº 11.638/07 vigente a partir de 1º de janeiro de 2008 e conforme Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, este incentivo passou a ser reconhecido no resultado do exercício, diretamente na rubrica de despesa com imposto de renda.
Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será transferida da conta lucro do exercício para reserva de imposto de renda.

2.14 - Tributação
A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.14.1 - Impostos correntes
A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia e suas controladas, com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.
As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

2.14.2 - Lucro da exploração
Conforme descrito no item 2.13.2 desta nota explicativa, a Companhia possui incentivos fiscais concedidos pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE no que tange a:
• fabricação de ferro ligas e seus subprodutos com redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos retroativos à 2006;
• extração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos retroativos à 2008.

2.14.3 - Impostos diferidos
O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.
Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos (ver notas explicativas nºs 10 e 2 – item 2.2), inclusos no Regime Tributário de Transição (RTT) como: custo atribuído dos ativos imobilizados (terrenos) e mensuração dos ativos biológicos a valor justo e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório.
Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido.

2.15 - Provisões
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.
Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.15.1 - Provisão para passivo ambiental
Os gastos representativos de fechamento de mina, decorrentes da finalização das atividades, estão registrados a valor presente como provisão para passivo ambiental. As obrigações consistem, principalmente, de custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo depreciado pelo período de vida útil deste.

2.15.2 - Provisão para passivos eventuais
São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável e conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 - Demais passivos circulante e não circulante
Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.17 - Apuração do resultado e reconhecimento da receita
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

2.17.1 - Venda de produtos
A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:
• A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
• A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
• O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
• É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
• Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.
Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

2.17.2 - Receita/despesa de arrendamento
Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa na controladora e como receita nas controladas pelo método linear pelo período de vigência do contrato. Ver notas explicativas nºs 12 e 30.

2.18 - Receitas e despesas financeiras
Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

2.19 - Apresentação das informações por segmento
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Diretor Presidente. Ver nota explicativa nº 26.

2.20 - Plano de aposentadoria complementar
Plano de contribuição definida, no qual a Companhia paga contribuições em base compulsória, contratual ou voluntária. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são incorridos e são incluídos como benefícios a empregados. Ver nota explicativa nº 28.

2.21 - Dividendos e juros sobre o capital próprio
A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela Administração da Sociedade, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 22.
Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.22 - Demonstração do valor adicionado
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.
A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23 - Principais fontes de julgamento e estimativas
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas CPC, determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração dos ativos biológicos; de provisões para fechamento de minas e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações em relação aos dados e valores reais.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação a estimativas, contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.24 - Lucro por ação
Conforme a IAS 33 e o CPC 41 – Lucro por ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído. Ver nota explicativa nº 22.

2.25 - Resultados abrangentes
A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.26 - Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas
Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras, normas da CVM, novos pronunciamentos técnicos contábeis, além de revisões de pronunciamentos anteriormente publicados, e novas interpretações do CPC e do IASB, aplicáveis ao exercício encerrado a partir de dezembro de 2011 e às demonstrações financeiras de 2010 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2011, para fins de comparação.

Pronunciamento	Conteúdo
IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Refere-se a isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para entidades que fazem a adoção pela primeira vez. Vigente para períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações	Inclusão de procedimentos quanto a divulgação de transferências de ativos financeiros. Vigente para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração. Vigente para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IAS 24 – Divulgação de Partes Relacionadas	A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada. Vigente para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

A Companhia implementará tais pronunciamentos e interpretação a medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, com a normatização pelo CPC e CVM, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

3 CONTROLADAS DA COMPANHIA

A Companhia possui investimentos nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

		Percentual de participação Capital total e votante	
Controlada	País	31/12/2010	31/12/2009
Mineração Vale do Jacurici S.A.	Brasil	100	100
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	Brasil	99,96	99,96
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Brasil	100	100
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	Brasil	51,26	51,26
Sociedades em conta de participação - Pontes I	Brasil	80,18	80,18

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa nº 2.

4 ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE EMITIDAS PELO IASB

4.1 - Aplicação da IFRS
As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os exercícios apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva, previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

4.2 - Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil
Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).
A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFR

>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

4.3 - As conciliações para as práticas contábeis nas demonstrações financeiras individual e consolidado estão demonstradas como segue:

Balanços patrimoniais:

		Controladora						Consolidado					
		Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
Ativos													
Ativos circulantes													
Caixa e equivalentes de caixa		329.125	-	329.125	347.459	-	347.459	360.034	-	360.034	382.732	-	382.732
Aplicação financeira		-	-	-	24.167	-	24.167	-	-	-	24.167	-	24.167
Contas a receber de clientes	(g)	69.552	-	69.552	57.750	4.241	61.991	69.552	-	69.552	57.750	4.241	61.991
Estoques	(h) + (i) + (j)	225.257	(4.411)	220.846	151.454	(7.906)	143.548	225.398	(4.411)	220.987	151.595	(7.906)	143.689
Impostos a recuperar	(m)	9.834	-	9.834	8.976	-	8.976	8.190	1.819	10.009	9.675	-	9.675
Despesas antecipadas		377	-	377	101	-	101	377	-	377	101	-	101
Outras contas a receber		2.223	-	2.223	1.742	-	1.742	1.545	-	1.545	988	-	988
Total dos ativos circulantes		636.368	(4.411)	631.957	591.649	(3.665)	587.984	665.096	(2.592)	662.504	627.008	(3.665)	623.343
Ativos não circulantes													
Realizável a longo prazo:													
Contas a receber de clientes (controlada)		1.630	-	1.630	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	(j)	-	4.411	4.411	-	6.427	6.427	-	4.411	4.411	-	6.427	6.427
Impostos a recuperar	(m)	5.228	-	5.228	4.057	-	4.057	15.815	(1.819)	13.996	8.633	-	8.633
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(h)	5.245	(5.245)	-	4.248	(4.248)	-	5.750	(5.750)	-	4.391	(4.391)	-
Depósitos judiciais	(d)	1.100	3.258	4.358	1.143	3.249	4.392	1.171	3.378	4.549	1.168	3.353	4.521
Depósito para reinvestimento		1.021	-	1.021	7.495	-	7.495	1.021	-	1.021	7.495	-	7.495
Outros créditos		459	-	459	601	-	601	471	-	471	613	-	613
Investimentos:													
Sociedades controladas	(a)	36.173	3.019	39.192	39.802	3.019	42.821	-	-	-	-	-	-
Outros		78	-	78	78	-	78	124	-	124	124	-	124
Imobilizado	(a) + (b) + (c) + (i)	294.679	(2.901)	291.778	327.294	(15.793)	311.501	298.572	1.674	300.246	330.968	(11.219)	319.749
Ativos biológicos	(c)	-	96.397	96.397	-	101.822	101.822	-	96.397	96.397	-	101.822	101.822
Intangível		721	-	721	397	-	397	721	-	721	397	-	397
Total dos ativos não circulantes		346.334	98.939	445.273	385.115	94.476	479.591	323.645	98.291	421.936	353.789	95.992	449.781
Total dos ativos		982.702	94.528	1.077.230	976.764	90.811	1.067.575	988.741	95.699	1.084.440	980.797	92.327	1.073.124

		Controladora						Consolidado					
		Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
Passivos													
Passivos circulantes													
Fornecedores		24.948	-	24.948	21.751	-	21.751	24.927	-	24.927	21.730	-	21.730
Adiantamentos de contratos de câmbio e exportação	(g)	4.454	-	4.454	42.314	4.241	46.555	4.454	-	4.454	42.314	4.241	46.555
Salários e encargos sociais		29.960	-	29.960	16.635	-	16.635	29.960	-	29.960	16.643	-	16.643
Impostos e contribuições sociais		25.762	-	25.762	2.923	-	2.923	26.059	-	26.059	3.028	-	3.028
Dividendos propostos	(e)	33.885	(6.642)	27.243	769	(769)	-	33.920	(6.642)	27.278	769	(769)	-
Juros sobre o capital próprio		536	-	536	8.742	-	8.742	536	-	536	8.742	-	8.742
Outras contas a pagar		3.787	-	3.787	1.894	-	1.894	3.787	-	3.788	1.895	-	1.895
Total dos passivos circulantes		123.332	(6.642)	116.690	95.028	3.472	98.500	123.643	(6.642)	117.002	95.121	3.472	98.593
Passivos não circulantes													
Exigível a longo prazo:													
Fornecedores		6.902	-	6.902	5.550	-	5.550	6.902	-	6.902	5.550	-	5.550
Impostos e contribuições sociais	(d)	5.317	2.379	7.696	4.796	2.247	7.043	5.317	2.466	7.783	4.796	2.334	7.130
Provisão para passivos eventuais	(b)	-	8.788	8.788	-	9.805	9.805	-	8.788	8.788	-	9.805	9.805
Impostos e contribuições sociais diferidos	(h)	-	23.556	23.556	-	21.166	21.166	-	24.606	24.606	-	22.578	22.578
Provisão para contingências	(d)	5.037	879	5.916	3.626	1.002	4.628	6.980	912	7.892	4.209	1.019	5.228
Total dos passivos não circulantes		17.256	35.602	52.858	13.972	34.220	48.192	19.199	36.772	55.971	14.555	35.736	50.291
Total dos passivos		140.588	28.960	169.548	109.000	37.692	146.692	142.842	30.130	172.973	109.676	39.208	148.884
Participação não controladores	(f)	-	-	-	-	-	-	3.785	(3.785)	-	3.357	(3.357)	-
Capital e reservas													
Capital social		543.223	-	543.223	645.515	-	645.515	543.223	-	543.223	645.515	-	645.515
Reservas	(b) + (c) + (e) + (h)	298.919	23.734	322.653	222.277	11.285	233.562	298.919	23.734	322.653	222.277	11.285	233.562
Ajustes de avaliação patrimonial	(a) + (h)	-	41.834	41.834	-	41.834	41.834	-	41.834	41.834	-	41.834	41.834
Ações em tesouraria		(28)	-	(28)	(28)	-	(28)	(28)	-	(28)	(28)	-	(28)
Total do patrimônio líquido		842.114	65.568	907.682	867.764	53.119	920.883	842.114	65.568	907.682	867.764	53.119	920.883
Participação não controladores	(f)	-	-	-	-	-	-	-	3.785	3.785	-	3.357	3.357
Total do patrimônio líquido		842.114	65.568	907.682	867.764	53.119	920.883	842.114	69.353	911.467	867.764	56.476	924.240
Total do patrimônio líquido e passivos		982.702	94.528	1.077.230	976.764	90.811	1.067.575	988.741	95.698	1.084.440	980.797	92.327	1.073.124

Resultado:

		Controladora			Consolidado		
		Em 31/12/2009 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			Em 31/12/2009 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
RECEITA DE VENDA, LÍQUIDA		450.888	-	450.888	450.753	-	450.753
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(c)	-	(7.286)	(7.286)	-	(7.286)	(7.286)
Custo dos produtos vendidos	(b) + (c) + (j) + (k)	(388.436)	(11.569)	(400.005)	(387.194)	(11.569)	(398.763)
LUCRO BRUTO		62.452	(18.855)	43.597	63.559	(18.855)	44.704
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Despesas com vendas		(7.486)	-	(7.486)	(7.486)	-	(7.486)
Despesas gerais e administrativas		(34.407)	-	(34.407)	(34.762)	-	(34.762)
Honorários dos administradores	(l)	(4.967)	(3.650)	(8.617)	(5.007)	(3.650)	(8.657)
Participações nos lucros (empregados)	(l)	(6.971)	3.650	(3.321)	(6.971)	3.650	(3.321)
Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas	(j) + (k)	(4.303)	9.908	5.605	(1.081)	9.908	8.827
		(58.134)	9.908	(48.226)	(55.307)	9.908	(45.399)
Resultado de equivalência patrimonial		4.383	-	4.383	-	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		8.701	(8.947)	(246)	8.252	(8.947)	(695)
Receitas financeiras		40.440	-	40.440	43.703	-	43.703
Despesas financeiras	(b)	(1.144)	(1.017)	(2.161)	(2.924)	(1.017)	(3.941)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS		39.296	(1.017)	38.279	40.779	(1.017)	39.762
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		47.997	(9.964)	38.033	49.031	(9.964)	39.067
Imposto de renda e contribuição social	(b) + (c)	(12.361)	3.388	(8.973)	(13.823)	3.388	(10.435)
Participação dos não controladores	(f)	-	-	-	428	(428)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		35.636	(6.576)	29.060	35.636	(7.004)	28.632
Atribuído aos controladores							29.060
Atribuído aos não controladores							(428)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE							28.632

A seguir estão demonstradas as conciliações do patrimônio líquido, resultado e fluxo de caixa:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Item	Controladora 01/01/2009	Controladora 31/12/2009	Consolidado 01/01/2009	Consolidado 31/12/2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		842.114	867.764	842.114	867.764
Valor justo dos ativos biológicos	(c)	25.898	17.318	25.898	17.318
Custo atribuído ao imobilizado - terrenos	(a)	58.810	58.810	61.829	61.829
Custo atribuído ao imobilizado - terrenos (efeito reflexo de controladas)	(a)	3.019	3.019	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(a) + (b) + (c)	(28.801)	(25.413)	(28.801)	(25.413)
Atualização da provisão para passivo ambiental	(b)	-	(1.017)	-	(1.017)
Exaustão de ativo ambiental	(b)	-	(367)	-	(367)
Dividendos adicionais propostos ao mínimo obrigatório	(e)	6.642	769	6.642	769
Classificação de acionistas não controladores para o PL	(f)	-	-	3.785	3.357
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		65.568	53.119	69.353	56.476
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos		907.682	920.883	911.467	924.240
Atribuído à participação de acionistas controladores		907.682	920.883	907.682	920.883
Atribuído à participação de acionistas não controladores		-	-	3.785	3.357

RESULTADO	Item	Controladora 31/12/2009	Consolidado 31/12/2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		35.636	35.636
Valor justo dos ativos biológicos	(c)	(7.286)	(7.286)
Custo dos produtos vendidos - exaustão do valor justo do ativo biológico	(c)	(1.294)	(1.294)
Exaustão do ativo mineral (provisão para passivo ambiental)	(b)	(367)	(367)
Atualização da provisão para passivo ambiental	(b)	(1.017)	(1.017)
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre os ajustes	(a) + (b) + (c)	3.388	3.388
Participação dos não controladores	(f)	-	(428)
Efeito líquido decorrente da aplicação de novas práticas contábeis		(6.576)	(7.004)
Total dos ajustes ao resultado de acordo com as IFRSs		29.060	28.632
Atribuído à participação de acionistas controladores		29.060	29.060
Atribuído à participação de acionistas não controladores			(428)

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, da Companhia e de suas controladas, mantiveram-se inalterados na adoção pela primeira vez do IFRS e dos CPCs, entretanto, a apresentação da Demonstração dos fluxos de caixa sofre alterações devido aos ajustes que impactam algumas das rubricas desta demonstração.

FLUXO DE CAIXA	Item	Controladora Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores) BR GAAP	Efeito da transição para IFRSs	IFRSs	Consolidado Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores) BR GAAP	Efeito da transição para IFRSs	IFRSs
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(a) + (b) + (c) + (g)	92.471	(4.241)	88.230	96.802	(4.241)	92.561
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(86.801)	-	(86.801)	(86.733)	-	(86.733)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(g)	12.644	4.261	16.905	12.629	4.241	16.870

Notas às reconciliações

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia, que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência de divergências de prática com as normas vigentes anteriormente a 31 de dezembro de 2008, são demonstrados nas notas a seguir:

(a) ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 (equivalente ao IAS 16)

A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do custo atribuído ("*deemed cost*") aos ativos imobilizados alocados na classe de terrenos, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente diverge do valor justo destes ativos.

A definição dos custos atribuídos às terras da Companhia foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por um profissional terceirizado especializado no assunto, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes.

O imposto de renda e a contribuição social sobre reavaliações de ativos remanescentes no balanço da Companhia, em atendimento a prática contábil vigente, deve ser registrado deduzindo-se do saldo da rubrica de ajuste de avaliação patrimonial registrada no patrimônio líquido, assim como adicionada a provisão diferida dos impostos no passivo. A realização dos impostos será efetuada mediante a realização dos ativos, por venda destes ativos.

A Companhia registrou também no patrimônio líquido na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" o efeito reflexo do ajuste do custo atribuído às terras das controladas em 1º de janeiro de 2009, em contrapartida do investimento, efeito esse eliminado na consolidação (R$ 3.019).

(b) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao IAS 37)

A Companhia deve registrar um passivo contingente decorrente de uma obrigação presente derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Assim, a Companhia deve reconhecer uma obrigação legal, segundo o valor de mercado, para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, caso uma estimativa razoável possa ser efetuada. A Administração levantou com base em premissas técnicas uma estimativa contábil relacionada com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento das minas.

(c) CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola (equivalente ao IAS 41)

Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, devem ser alocados para um grupo específico dentro do ativo não circulante, denominado "ativos biológicos", além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, ao invés de somente ao custo histórico, conforme prática contábil anterior (ver nota explicativa nº 14).

(d) CPC 39 - Instrumentos financeiros: Apresentação (equivalente ao IAS 32)

Anteriormente a legislação societária brasileira exigia a apresentação da provisão para contingências líquida dos depósitos judiciais relacionados às provisões constituídas. O CPC 39 estabelece que a compensação de um ativo financeiro e um passivo financeiro deve ser realizada na apresentação das demonstrações financeiras, porém, a provisão para contingências não se enquadra na classificação de passivo financeiro, devendo ser apresentados os valores brutos nas demonstrações financeiras dos depósitos judiciais e da provisão para contingências.

Continua >>>

Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ 15.141.799/0001-03

FESA 3 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA
FESA 4 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA
AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES
abrasca Associação Brasileira das Companhias Abertas
BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo
50 ANOS
Ferbasa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(e) ICPC 8 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (equivalente ao IAS 10)
A parcela de lucro, proposta pela Companhia em valor superior a 25% do dividendo mínimo obrigatório e que não foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária dentro do exercício social, foi reclassificada do passivo circulante (dividendos propostos) para o patrimônio líquido, em conta específica de reserva de lucros (dividendo adicional proposto).
De acordo com o antigo BR GAAP, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IFRS, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer proposta para pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado.
(f) CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente ao IAS 1)
As participações de não controladores devem ser apresentadas dentro do patrimônio líquido da Companhia, separando-se ao montante correspondente aos acionistas controladores e acionistas não controladores, diferentemente de sua classificação anterior em linha específica do balanço entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido.
De acordo com o antigo BR GAAP, as participações dos não controladores eram apresentadas entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido.
(g) CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao IAS 39)
O saldo de duplicatas cambiais descontadas (adiantamento de contratos de exportação – ACE), anteriormente registrado no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber, foi reclassificado para o passivo circulante. Anteriormente à esta prática, os saldos de cambiais descontadas eram apresentadas como redutoras do contas a receber.
(h) CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (equivalente ao IAS 12)
As novas práticas contábeis estabelecem a apresentação dos impostos diferidos ativos no ativo não circulante, independente do prazo de realização. Os impostos diferidos ativos devem ser registrados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros com os quais esses ativos possam ser utilizados.
Adicionalmente, os diversos ajustes de transição levam a diferenças temporárias sobre os quais, de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Companhia deve contabilizar o imposto diferido correspondente. A fim de calcular o valor do imposto diferido, aplicou-se a taxa nominal de 34%.
O imposto diferido adicional foi determinado sobre as seguintes diferenças entre a base fiscal e contábil do ativo:
✓ O ativo biológico avaliado a valor; e,
✓ O custo atribuído das terras florestais.
Adicionalmente aos ajustes de novos pronunciamentos efetuados conforme acima a Companhia procedeu as reclassificações abaixo relacionadas, para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras:
(i) Reclassificação, em 31 de dezembro de 2009, de R$ 1.479 relativa a partes e peças que estavam registradas *como estoques e passaram a compor o saldo de ativo imobilizado;*
(j) Estoques com giro superior a 12 meses foram reclassificados para o ativo não circulante, juntamente com a provisão para perdas com estoques de baixa rotatividade, nos valores líquidos de R$ 6.427 e R$ 4.411, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009;
(k) Provisões para perdas com estoques de baixa rotatividade e capacidade ociosa nos montantes de R$ 4.022 e R$ 5.887, respectivamente, foram reclassificadas da rubrica de outras despesas operacionais para o custo dos produtos vendidos, em 31 de dezembro de 2009;
(l) Participação nos lucros de administradores no valor de R$ 3.650 reclassificada de participação nos lucros de empregados para a rubrica de honorários da administração;
(m) Reclassificação de impostos a recuperar de curto para longo prazo R$ 1.819.

Efeito dos ajustes no lucro por ação básico/diluído
Em função das alterações efetuadas com a adoção das novas práticas contábeis mencionadas nas letras *"a"* a *"h"*, o resultado por ação básico/diluído, conforme CPC 41 – Resultado por ação, em 31 de dezembro de 2009, passou a ser de R$ 0,3090 por ação ordinária e R$ 0,339 por ação preferencial (anteriormente R$ 0,378 e R$ 0,416, respectivamente). As reclassificações mencionadas nas letras *"i"* a *"m"* acima não tiveram impacto sobre o resultado por ação.

4.4 - Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos:
Com base no CPC 37 (equivalente ao IFRS 1), é permitida, na adoção inicial dos novos pronunciamentos (1º de janeiro de 2009), a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas, porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.
O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito da seguinte forma:
(i) Mensuração do ativo imobilizado e intangível ao valor justo: a Companhia optou por remensurar seu ativo imobilizado a valor justo (*deemed cost*) na data de transição somente para a classe de terrenos, optando por manter as demais classes de ativos que compõem os saldos registrados com base em seu custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos;
(ii) Mensuração de combinações de negócios: a Companhia não realizou combinações de negócios;
(iii) Mensuração de planos de benefícios a empregados: o plano de aposentadoria complementar é de contribuição definida, não gerando ganhos ou perdas atuariais;
(iv) Reconhecimento de diferenças acumuladas de conversão: a Companhia não possui controladas no exterior, portanto aplicável à referida isenção;
(v) Adoção inicial em controladas e empreendimentos em conjunto: a Companhia não possui empreendimentos em conjunto e adotou para suas controladas os novos pronunciamentos na mesma data de sua transição;
(vi) Contabilização de pagamentos baseados em ações: a Companhia não possui operações de pagamentos baseados em ações na data de transição para os novos pronunciamentos;
(vii) Contratos de concessão e contratos de seguros: a Companhia não possui contratos de concessão de serviços públicos, nem contratos de seguros que se enquadrem no escopo da isenção, na data de transição para os novos pronunciamentos;
(viii) Ajuste de estimativas: a Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas utilizadas anteriormente na data de transição para os novos pronunciamentos.

4.5 - Efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada trimestre de 2009 e de 2010, decorrentes da plena adoção do IFRS e das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

A Companhia optou por reapresentar as ITRs de 2010 comparativamente com as de 2009, também ajustadas às normas de 2010, quando da reapresentação da primeira ITR de 2011, conforme permitido pela Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011. Os efeitos do resultado e patrimônio líquido para cada trimestre de 2009 e de 2010 estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2009	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	842.114	864.736	873.687	870.333	867.764	885.301	933.039	970.028
Valor justo dos ativos biológicos	25.898	25.120	24.970	24.895	17.318	17.049	15.984	15.791
Custo atribuído ao imobilizado - terrenos	58.810	58.810	58.810	58.810	58.810	58.810	58.810	58.810
Atualização da provisão para passivo ambiental	-	(254)	(508)	(762)	(1.017)	(1.301)	(1.585)	(1.869)
Exaustão de ativo ambiental	-	(92)	(184)	(276)	(367)	(469)	(571)	(866)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(28.801)	(28.419)	(28.250)	(28.107)	(25.413)	(25.190)	(24.697)	(24.435)
Custo atribuído ao imobilizado - terrenos (efeito reflexo de controladas)	3.019	3.019	3.019	3.019	3.019	3.019	3.019	3.019
Efeito de reavaliação vida útil do ativo imobilizado, líquido de IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	1.255	2.452	3.686
Dividendos adicionais propostos ao mínimo obrigatório	6.642	6.642	-	-	769	769	-	-
Classificação de acionistas não controladores para o PL	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	65.568	64.826	57.857	57.579	53.119	53.942	53.412	54.136
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos	907.682	929.562	931.544	927.912	920.883	939.243	986.451	1.024.164

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2009	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	842.114	864.736	873.687	870.333	867.764	885.301	933.039	970.028
Valor justo dos ativos biológicos	25.898	25.120	24.970	24.895	17.318	17.049	15.984	15.791
Custo atribuído ao imobilizado - terrenos	58.810	58.810	58.810	58.810	58.810	58.810	58.810	58.810
Custo atribuído ao imobilizado - terrenos (efeito reflexo de controladas)	3.019	3.019	3.019	3.019	3.019	3.019	3.019	3.019
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(28.801)	(28.419)	(28.250)	(28.107)	(25.413)	(25.190)	(24.697)	(24.435)
Atualização da provisão para passivo ambiental	-	(254)	(508)	(762)	(1.017)	(1.301)	(1.585)	(1.869)
Exaustão de ativo ambiental	-	(92)	(184)	(276)	(367)	(469)	(571)	(866)
Dividendos adicionais propostos ao mínimo obrigatório	6.642	6.642	-	-	769	769	-	-
Efeito de reavaliação vida útil do ativo imobilizado, líquido de IRPJ/CSLL	-	-	-	-	-	1.255	2.452	3.686
Classificação de acionistas não controladores para o PL	3.785	2.333	3.110	3.214	3.357	3.421	3.498	3.588
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	69.353	67.159	60.967	60.793	56.476	57.363	56.910	57.724
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos	911.467	931.895	934.654	931.126	924.240	942.664	989.949	1.027.752
Atribuído à participação de acionistas controladores	907.682	929.562	931.544	927.912	920.883	939.243	986.451	1.024.164
Atribuído à participação de acionistas não controladores	3.785	2.333	3.110	3.214	3.357	3.421	3.498	3.588

	Controladora (BR GAAP)						
RESULTADO	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	22.622	31.434	28.080	35.636	17.537	65.178	102.167
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	(7.286)	-	-	-
Custo dos produtos vendidos - exaustão do valor justo do ativo biológico	(778)	(928)	(1.003)	(1.294)	(269)	(1.334)	(1.527)
Exaustão do ativo mineral (provisão para passivo ambiental)	(92)	(184)	(276)	(367)	(102)	(204)	(306)
Atualização da provisão para passivo ambiental	(254)	(508)	(762)	(1.017)	(284)	(568)	(852)
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre os ajustes	382	551	694	3.388	223	716	913
Efeito de avaliação vida útil de ativo imobilizado, líquido de IRPJ/CSLL	-	-	-	-	1.255	2.452	3.686
Efeito líquido decorrente da aplicação de novas práticas contábeis	(742)	(1.069)	(1.347)	(6.576)	823	1.062	1.914
Total dos ajustes ao resultado de acordo com as IFRSs	21.880	30.365	26.733	29.060	18.360	66.240	104.081

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)						
	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	22.622	31.434	28.080	35.636	17.537	65.178	102.167
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	(7.286)	-	-	-
Custo dos produtos vendidos - exaustão do valor justo do ativo biológico	(778)	(928)	(1.003)	(1.294)	(269)	(1.334)	(1.527)
Exaustão do ativo mineral (provisão para passivo ambiental)	(92)	(184)	(276)	(367)	(102)	(204)	(306)
Atualização da provisão para passivo ambiental	(254)	(508)	(762)	(1.017)	(284)	(568)	(852)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	382	551	694	3.388	223	716	913
Participação dos acionistas não controladores	(59)	2.495	2.392	(428)	(64)	(141)	(231)
Efeito de avaliação vida útil de ativo imobilizado, líquido de IRPJ/CSLL	-	-	-	-	1.255	2.452	3.686
Efeito líquido decorrente da aplicação de novas práticas contábeis	(801)	1.426	1.045	(7.004)	759	921	1.683
Total dos ajustes ao resultado de acordo com as IFRSs	21.821	32.860	29.125	28.632	18.296	66.099	103.850
Atribuído à participação de acionistas controladores	21.880	30.365	26.733	29.060	18.360	66.240	104.081
Atribuído à participação de acionistas não controladores	(59)	2.495	2.392	(428)	(64)	(141)	(231)

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia, conforme requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia e suas controladas, seguindo suas políticas de recursos, têm mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, mantidos em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o *rating* divulgado pelas agências.

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	2.366	2.802	2.185	2.830	3.172	2.284
Aplicações financeiras						
Aplicações financeiras debêntures (a)	788	16.347	104.779	788	16.347	104.779
Fundos de investimento (b)	225.741	328.310	222.161	263.171	363.213	252.971
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	228.895	347.459	329.125	266.789	382.732	360.034

(a) Operações compromissadas em debêntures, com rendimentos em 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (2009, 103% do CDI), as quais são lastreadas pelo próprio banco (responsável pela recompra do título); e
(b) Operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+1 (um dia após solicitação de resgate). As taxas de remuneração variaram de 97,84% a 111,46% (2009, 91,7% e 106,9%) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2010	31/12/2009
Fundos de investimento		
Banco Votorantim	116.785	24.167

Operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+90 ou D+120 (noventa e cento e vinte dias após a solicitação de resgate), podendo ser resgatadas antecipadamente sem prejuízo dos rendimentos. As taxas de remuneração são em torno de 105,49% (2009, 113%) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Mercado interno	95.037	54.286	63.770	95.037	54.286	63.770
Mercado externo	16.441	7.705	5.782	16.441	7.705	5.782
Partes relacionadas	-	-	1.630	-	-	-
Total	111.478	61.991	71.182	111.478	61.991	69.552
Ativo circulante	(111.478)	(61.991)	(69.552)	(111.478)	(61.991)	(69.552)
Ativo não circulante	-	-	1.630	-	-	-

As contas a receber de mercado externo são em Dólar Americano, as quais são convertidas para Reais na data da elaboração das demonstrações financeiras.
A Companhia em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

7.1 - Concentração de clientes
A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Arcelor Mittal (mercado interno) e B.M.C. Metal (mercado externo), as quais representam 60% e 5% respectivamente do saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2010. Em 2009, a Arcelor Mittal representava 51% e Magotteaux Brasil Ltda. e Marubeny Uruguay representavam 6% cada.

7.2 - Giro do contas a receber
O período médio no crédito de venda de produtos é de 45 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber com vencimento até 30 dias.
O saldo do contas a receber de clientes possui saldos vencidos para os quais a Companhia não constituiu uma provisão para crédito de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança na qualidade dos créditos e estes são considerados como recuperáveis.
Abaixo demonstramos o contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
A vencer	110.773	59.644	62.921	110.773	59.644	62.921
Vencidas de 0-30 dias	87	2.125	6.394	87	2.125	6.394
Vencidas de 31-60 dias	534	-	20	534	-	20
Vencidas há mais de 60 dias	84	222	1.847	84	222	217
Total	111.478	61.991	71.182	111.478	61.991	69.552

8 ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Produtos acabados	77.587	50.818	92.491	77.587	50.818	92.491
Matérias-primas	78.677	42.503	76.101	78.731	42.557	76.155
(-) Provisão para perda matéria-prima	-	(2.190)	-	-	(2.190)	-
Minérios de cromo	12.886	30.326	21.852	12.886	30.326	21.852
Materiais para manutenção e consumo	24.486	21.604	30.402	24.521	21.691	30.489
Outros	1.135	487	-	1.135	487	-
Subtotal	194.771	143.548	220.846	194.860	143.689	220.987
Não circulante						
Materiais para manutenção e consumo	12.823	11.743	7.895	12.823	11.743	7.895
(-) Provisão para giro lento	(5.471)	(5.316)	(3.484)	(5.471)	(5.316)	(3.484)
Subtotal	7.352	6.427	4.411	7.352	6.427	4.411
Total dos estoques	202.123	149.975	225.257	202.212	150.116	225.398

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização. Os estoques de materiais de manutenção e consumo são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.
A Companhia mantém provisão relacionada aos itens sem rotatividade há mais de 12 meses e outras provisões para perdas em estoques, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	(7.506)	(3.484)
Adições	(155)	(4.022)
Reversões	2.190	-
Saldo no fim do exercício	(5.471)	(7.506)

O custo dos produtos vendidos reconhecido como despesa inclui:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Custo de venda de produtos	(502.668)	(389.277)	(503.964)	(388.035)
Encargos adicionais - Chesf	(9.014)	-	(9.014)	-
Exaustão do ativo biológico - (parcela do *fair value*)	(3.273)	(1.294)	(3.273)	(1.294)
Reversão (provisão) para perdas em estoques	2.035	(4.022)	2.035	(4.022)
Capacidade ociosa	(276)	(5.887)	(276)	(5.887)
Mudança de estimativa - vida útil imobilizado	6.123	-	6.123	-
Realização do reinvestimento	1.963	-	1.963	-
Outros	6.439	475	8.820	475
Total	(498.671)	(400.005)	(497.586)	(398.763)

9 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Imposto de renda a recuperar	3.283	7.139	1.275	3.573	7.716	1.365
Contribuição social a recuperar	98	-	1.286	106	63	1.312
ICMS a recuperar	598	1.382	213	617	1.408	239
PIS a recuperar	-	-	3.954	-	-	3.954
COFINS a recuperar	279	272	2.927	312	305	2.960
Outros	192	183	179	192	183	179
Subtotal	4.450	8.976	9.834	4.800	9.675	10.009
Não circulante						
IPI a recuperar	-	-	-	624	624	4.896
Imposto de renda a recuperar	-	-	-	211	211	212
Contribuição social a recuperar	-	-	-	161	161	162
ICMS a recuperar sobre o ativo imobilizado	4.150	4.057	5.228	4.304	4.205	5.376
PIS a recuperar	-	-	-	1.682	1.650	1.623
COFINS a recuperar	-	-	-	1.830	1.782	1.727
Subtotal	4.150	4.057	5.228	8.812	8.633	13.996
Total	8.600	13.033	15.062	13.612	18.308	24.005

Continua >>>

Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ 15.141.799/0001-03

AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca Associação Brasileira das Companhias Abertas

BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo

FESA 3 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA

FESA 4 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA

Ferbasa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

IPI a recuperar - Consolidado

O crédito presumido de IPI, regulado nos termos da Lei nº 10.276/2001 e da Instrução Normativa da SRF nº 69/2001, da controlada Silbasa, foram calculados para fins de desoneração do custo produtivo, através do ressarcimento da COFINS incidentes nas aquisições de insumos utilizados nos produtos destinados à exportação.
A Receita Federal efetuou o ressarcimento, em espécie, no montante de R$ 6.427 à Silbasa, sendo R$ 376, em 28 de maio de 2008, e R$ 6.051, em 10 de julho de 2009, e o saldo remanescente continua sendo pleiteado.

COFINS - Leis nºs 7787/89, 7894/89 e 8147/90

A Companhia impetrou Mandado de Segurança para que seja reconhecido o direito de proceder à compensação das parcelas pagas a maior, a título de FINSOCIAL, com parcelas vencidas ou vincendas da COFINS (inconstitucionalidade das Leis nºs 7787/89, 7894/89 e 8147/90, que majoraram a alíquota do FINSOCIAL).
A Companhia obteve o trânsito em julgado quanto aos créditos provenientes desta ação. Em 26 de outubro de 2006, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, deferiu o pedido de habilitação de crédito reconhecido, por decisão judicial transitada em julgado, processo administrativo nº 13502.000490/2006-39. Atualmente, a Companhia vem compensando o crédito com a COFINS a pagar.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para contingências	13.818	4.628	5.916	13.818	5.228	7.892
Provisão para perda nos estoques	5.471	7.506	3.484	5.471	7.506	3.484
Provisão para participação nos lucros	11.292	-	-	11.292	-	-
Provisão para participação nos lucros administradores (*)	4.139	-	-	4.139	-	-
Provisão para passivo ambiental	2.904	1.385	-	2.904	1.385	-
Provisão para pagamentos de indenizações trabalhistas	-	-	3.014	-	-	3.014
Outras provisões temporárias	2.699	359	3.012	2.699	180	2.522
Total base de cálculo	40.323	13.878	15.426	40.323	14.299	16.912
IRPJ diferido à alíquota de 25%	9.046	3.470	3.858	9.046	3.574	4.228
CSLL diferida à alíquota de 9%	3.629	1.248	1.387	3.629	1.287	1.522
Ativo não circulante	12.675	4.718	5.245	12.675	4.861	5.750

(*) Base para CSLL diferida, no caso do IRPJ trata-se de diferença permanente.

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Adoção CPC - custo atribuído - terrenos	58.810	58.810	58.810	63.385	63.385	63.385
Adoção CPC - ativos biológicos	33.492	17.318	25.898	33.492	17.318	25.898
Total base de cálculo	92.302	76.128	84.708	96.877	80.703	89.283
IRPJ diferido à alíquota de 25%	23.076	19.032	21.177	24.219	20.176	22.321
CSLL diferida à alíquota de 9%	8.306	6.852	7.624	8.718	7.263	8.035
Passivo não circulante	31.382	25.884	28.801	32.937	27.439	30.356
Saldo líquido do balanço (passivo)	18.707	21.166	23.556	20.262	22.578	24.606
Efeito no resultado do exercício	2.459	2.390	-	2.316	2.028	-

A Companhia aderiu ao Regime Tributário de Transição (RTT), instruído pela Lei nº 11.941/09, para tratamento fiscal de imposto de renda e contribuição social dos efeitos dos pronunciamentos contábeis (CPCs), incluindo aqueles aderidos no exercício de 2008 (CPC 01 a CPC 15) e os novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2009.
A Administração, com base em análise individual das provisões, estima que os créditos fiscais, provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado
2011	6.137
2012	273
2013	455
2014	182
2016 em diante	11.660
Total	18.707

A projeção de realização do saldo está sujeita a não se concretizar, caso as estimativas e incertezas utilizadas em sua elaboração na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes, quando sua efetiva realização.

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	160.161	161.794	38.033	39.067
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(54.455)	(55.010)	(12.931)	(13.283)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:				
Resultado de equivalência patrimonial	1.021	-	1.490	-
Doações	(420)	(420)	-	-
PLR de dirigentes	(372)	(372)	-	-
Juros sobre o capital próprio	7.470	7.470	2.972	2.972
Outros	1.139	1.323	(1.613)	(1.233)
Incentivo fiscal (SUDENE)	19.185	19.185	1.109	1.109
Total	(26.432)	(27.824)	(8.973)	(10.435)
Imposto de renda e contribuição social				
Incentivo fiscal (SUDENE)	19.185	19.185	1.109	1.109
Corrente	(48.076)	(49.325)	(12.472)	(13.572)
Diferido	2.459	2.316	2.390	2.028
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(26.432)	(27.824)	(8.973)	(10.435)
Composição do imposto corrente, líquido do incentivo fiscal				
IRPJ	(15.918)	(16.853)	(7.951)	(8.614)
CSLL	(12.973)	(13.287)	(3.412)	(3.849)
Total	(28.891)	(30.140)	(11.363)	(12.463)

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, com a promulgação da Lei nº 11.638/07 e conforme Instrução CVM nº 469/08, a parcela correspondente ao incentivo de isenção/redução do imposto de renda passou a ser reconhecida no resultado. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente a este incentivo é transferida para a respectiva conta de reserva de lucros (incentivo fiscal) no patrimônio líquido e não poderá ser distribuída aos acionistas, na forma de distribuição de resultado.

11 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se a depósitos sobre processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos. Os valores estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Depósitos trabalhistas	793	675	552	793	675	552
Contribuição social (*)	2.290	2.247	2.379	2.377	2.334	2.466
Outros	1.428	1.470	1.427	1.471	1.512	1.531
Total	4.511	4.392	4.358	4.641	4.521	4.549

(*) Ver nota explicativa no 18, item (b).

12 INVESTIMENTOS

			Ações ou quotas detidas (em milhares)		Participação e capital votante em 31/12/2010 e 31/12/2009
Controladas no Brasil	Atividade	Situação	Ordinárias	Preferenciais	%
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	Metalurgia	Arrendada	4.172	-	51,26
Mineração Vale do Jacurici S.A.	Mineração	Arrendada	8.439	8.437	100,00
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	Reflorestamento	Arrendada	2.597	-	99,96
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Mineração	Arrendada	1.857	-	100,00
Sociedade por conta de participação					
Projetos Pontes I	Reflorestamento	Inativa			

A movimentação dos investimentos em controladas e sociedade por conta de participação apresentado nas demonstrações financeiras individuais é como segue:

	Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	Mineração Vale do Jacurici S.A.	Reflora Reflorestadora e Agrícola S.A.	Indústria de Minérios Damacal Ltda.	Projeto Pontes I	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2009	2.387	32.764	2.628	1.403	10	39.192
Dividendos	-	(754)	-	-	-	(754)
Equivalência patrimonial	1.139	3.175	(40)	109	-	4.383
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.526	35.185	2.588	1.512	10	42.821
Dividendos	(65)	(539)	-	-	-	(604)
Equivalência patrimonial	318	2.268	360	56	-	3.002
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.779	36.914	2.948	1.568	10	45.219

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

1º de janeiro de 2009	Participação	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido (PL) ajustado	Participação da Companhia no PL das investidas	Receitas	Despesas	Lucro ou (prejuízo) ajustado	Participação da Companhia no resultado das investidas (equivalência patrimonial)
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	51,26%	6.460	1.803	4.657	2.387	763	(466)	297	(1.555)
Mineração Vale do Jacurici S.A.	100%	36.581	3.857	32.724	32.764	6.273	(3.571)	2.702	2.702
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	99,96%	2.808	179	2.629	2.628	549	(277)	272	272
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	100%	1.745	342	1.403	1.403	101	(65)	36	36
Projeto Pontes I	80,18%	21	9	12	10	-	-	-	-
Totais		47.615	6.190	41.425	39.192	7.686	(4.379)	3.307	1.455
31 de dezembro de 2009									
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	51,26%	6.890	13	6.877	3.525	901	1.321	2.222	1.139
Mineração Vale do Jacurici S.A.	100%	37.565	2.370	35.195	35.185	3.388	(213)	3.175	3.175
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	99,96%	2.956	366	2.590	2.589	271	(311)	(40)	(40)
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	100%	1.765	253	1.512	1.512	109	-	109	109
Projeto Pontes I	80,18%	21	9	12	10	-	-	-	-
Totais		49.197	3.011	46.186	42.821	4.669	797	5.466	4.383
31 de dezembro de 2010									
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	51,26%	7.516	147	7.369	3.777	1.110	(490)	620	318
Mineração Vale do Jacurici S.A.	100%	38.876	1.963	36.913	36.913	3.267	(999)	2.268	2.268
Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.	99,96%	2.956	4	2.952	2.951	360	-	360	360
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	100%	1.822	254	1.568	1.568	103	(47)	56	56
Projeto Pontes I	80,18%	21	9	12	10	-	-	-	-
Totais		51.191	2.377	48.814	45.219	4.840	(1.536)	3.304	3.002

A seguir breve comentário sobre as controladas, no que se refere a objeto social e situação de arrendamento com a Companhia.

• Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. – ("Silbasa")
A Silbasa é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca/BA, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferro silício de alta pureza e similares, outras atividades afins e correlatas que sejam consideradas de interesse da Companhia, por decisão da Assembleia Geral. Seu prazo de duração é indeterminado. Desde janeiro de 2004, arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato de arrendamento é renovado anualmente.

• Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici")
A Jacurici é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra de substâncias minerais, preferencialmente de cromo; beneficiamento, comercialização e exportação de minérios, notadamente o cromo; outras quaisquer atividades afins ou correlatas com os seus objetivos essenciais, e que, a juízo de sua diretoria executiva sejam consideradas de interesse da mesma. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado à Companhia, seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

• Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora")
Tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de florestamento e/ou reflorestamento, bem como, a produção de carvão vegetal, em conformidade com a legislação brasileira que regula a espécie. Desde novembro de 1997, a Reflora encontra-se arrendada à Companhia, por prazo indeterminado.

• Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal")
Tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas minerais em todo o território nacional, beneficiamento, industrialização e comercialização de minérios, inclusive importação e exportação, comercialização e representação de minérios, bem como, a participação em outras Companhias, como quotista ou acionista. A Companhia poderá ainda dedicar-se a atividades de reflorestamento, silvicultura e fabricação de carvão vegetal, para consumo próprio ou comercialização, obedecidas as disposições legais pertinentes. Desde novembro de 1997, a Damacal encontra-se arrendada à Companhia, por prazo indeterminado.

13 IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Terrenos		89.778	89.071	83.901	95.099	94.392	89.222
Edificações	4,0%	23.664	22.174	18.912	25.520	24.201	21.111
Máquinas e equipamentos	9,7%	125.359	120.641	91.420	125.594	120.680	91.480
Veículos e tratores	18,4%	8.971	6.954	9.589	9.032	7.039	9.698
Móveis e utensílios	10,0%	2.335	1.984	2.008	2.336	1.985	2.009
Informática	20,0%	998	1.317	1.307	998	1.317	1.307
Jazidas	(a)	14.834	11.561	9.469	14.834	11.561	9.469
Provisão para fechamento de minas	(b)	8.012	8.421	8.788	8.012	8.421	8.788
Peças	9,7%	1.266	1.479	-	1.266	1.479	-
Imobilizações em andamento e outras		62.609	47.899	66.384	63.224	48.674	67.162
Total		337.826	311.501	291.778	345.915	319.749	300.246

(a) Ver item 13.3
(b) Ver nota explicativa nº 19.

	Controladora (BR GAAP)										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Jazidas	Provisão para fechamento de minas	Partes e peças	Imobilizações em andamento e outros	Total
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2009	83.901	37.844	179.551	39.701	4.144	3.774	14.955	8.788	-	66.384	439.042
Adições	-	11	7.400	1.196	298	82	3.453	-	-	30.640	43.080
Baixas	-	-	-	(975)	(1)	-	-	-	-	-	(976)
Transferências	5.170	4.647	38.470	247	-	446	145	-	1.479	(49.125)	1.479
Saldo em 31 de dezembro de 2009	89.071	42.502	225.421	40.169	4.441	4.302	18.553	8.788	1.479	47.899	482.625
Adições	270	-	6.262	3.620	700	271	6.488	-	-	33.038	50.649
Baixas	(6)	(38)	(135)	(654)	-	(6)	-	-	-	-	(839)
Transferências	443	2.938	14.647	158	-	12	130	-	-	(18.328)	-
Reinvestimento (a)	-	-	(4.796)	-	-	-	-	-	-	-	(4.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	89.778	45.402	241.399	43.293	5.141	4.579	25.171	8.788	1.479	62.609	527.639
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(18.932)	(88.131)	(30.112)	(2.136)	(2.467)	(5.486)	-	-	-	(147.264)
Despesa de depreciação	-	(1.396)	(16.649)	(3.648)	(321)	(518)	(1.506)	(367)	-	-	(24.405)
Baixas	-	-	-	545	-	-	-	-	-	-	545
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(20.328)	(104.780)	(33.215)	(2.457)	(2.985)	(6.992)	(367)	-	-	(171.124)
Despesa de depreciação	-	(1.537)	(13.196)	(1.710)	(349)	(603)	(3.345)	(409)	(213)	-	(21.362)
Baixas	-	12	88	603	-	7	-	-	-	-	710
Amortização reinvestimento	-	-	1.963	-	-	-	-	-	-	-	1.963
Transferências	-	115	(115)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(21.738)	(116.040)	(34.322)	(2.806)	(3.581)	(10.337)	(776)	(213)	-	(189.813)
Saldos líquidos em:											
1º de janeiro de 2009	83.901	18.912	91.420	9.589	2.008	1.307	9.469	8.788	-	66.384	291.778
31 de dezembro de 2009	89.071	22.174	120.641	6.954	1.984	1.317	11.561	8.421	1.479	47.899	311.501
31 de dezembro de 2010	89.778	23.664	125.359	8.971	2.335	998	14.834	8.012	1.266	62.609	337.826

Continua >>>

Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ 15.141.799/0001-03

AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca Associação Brasileira das Companhias Abertas

FESA 3 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA

FESA 4 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA

BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo

50 ANOS

Ferbasa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)										
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Jazidas	Provisão para fechamento de minas	Partes e Peças	Imobilizações em andamento e outros	Total
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2009	89.222	42.192	185.983	48.997	4.208	3.982	14.955	8.788	-	67.195	465.522
Adições	-	11	7.400	1.196	298	82	3.453	-	-	30.605	43.045
Baixas	-	-	-	(975)	(1)	-	-	-	-	(1)	(977)
Transferências	5.170	4.647	38.470	247	-	446	147	-	1.479	(49.125)	1.481
Saldo em 31 de dezembro de 2009	94.392	46.850	231.853	49.465	4.505	4.510	18.555	8.788	1.479	48.674	509.071
Adições	270		6.262	3.620	700	271	6.488	-	-	33.089	50.700
Baixas	(6)	(38)	(348)	(723)	-	(6)	-	-	-	-	(1.121)
Transferências	443	2.938	14.860	158	-	12	128	-	-	(18.539)	-
Reinvestimento (a)	-	-	(4.796)	-	-	-	-	-	-	-	(4.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	95.099	49.750	247.831	52.520	5.205	4.787	25.171	8.788	1.479	63.224	553.854
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(21.081)	(94.503)	(39.299)	(2.199)	(2.708)	(5.486)	-	-	-	(165.276)
Despesa de depreciação	-	(1.568)	(16.670)	(3.672)	(321)	(485)	(1.508)	(367)	-	-	(24.591)
Baixas	-	-	-	545	-	-	-	-	-	-	545
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(22.649)	(111.173)	(42.426)	(2.520)	(3.193)	(6.994)	(367)	-	-	(189.322)
Despesa de depreciação	-	(1.708)	(13.213)	(1.734)	(349)	(603)	(3.343)	(409)	(213)	-	(21.572)
Baixas	-	12	301	672	-	7	-	-	-	-	992
Amortização reinvestimento	-	-	1.963	-	-	-	-	-	-	-	1.963
Transferências	-	115	(115)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(24.230)	(122.237)	(43.488)	(2.869)	(3.789)	(10.337)	(776)	(213)	-	(207.939)
Saldos líquidos em:											
1º de janeiro de 2009	89.222	21.111	91.480	9.698	2.009	1.274	9.469	8.788	-	67.195	300.246
31 de dezembro de 2009	94.392	24.201	120.680	7.039	1.985	1.317	11.561	8.421	1.479	48.674	319.749
31 de dezembro de 2010	95.099	25.520	125.594	9.032	2.336	998	14.834	8.012	1.266	63.224	345.915

(a) Ver nota explicativa nº 18.

13.1 - Depreciação

A Companhia efetuou a revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de máquinas, equipamentos e veículos sobre os saldos registrados em 1º de janeiro de 2010. A avaliação da vida útil dos ativos foi concebida com auxílio dos engenheiros da Companhia.

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação, pelo método linear, que foram aplicáveis ao exercício de 2009, bem como as taxas anuais de depreciação revisadas para a depreciação a partir de 1º de janeiro de 2010, definida com base na vida útil econômica dos ativos, apresentando uma redução da depreciação anual em torno de R$ 6.123:

	Taxa 2009 - %	Taxa a partir de 1/01/2010 - % Média
Máquinas e equipamentos	10	9,7
Veículos	20	14,38
Edificações	4	4,00
Outros	10 a 20	10 a 20

A alteração nas taxas do cálculo da depreciação deve ser tratada como uma mudança de estimativa, a qual, de acordo com o CPC 27 (IAS 16) e CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, tem seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva, não havendo a necessidade de retroagir os efeitos da depreciação com as taxas revisadas.

A depreciação do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção do período.

13.2 - Terrenos (adoção do custo atribuído)

Referem-se principalmente a terras destinadas às atividades de plantio de florestas, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

A Companhia e sua controlada Damacal possuem ações na qual figuram como autoras solicitando reintegração de posse em área equivalente a 8.115 hectares, a qual encontra-se registrada no ativo imobilizado. Terceiros estão questionando a posse de tais terras e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos de que as expectativas de manutenção da posse são prováveis, a Companhia e controlada não registraram perda relacionada a este ativo.

A Companhia possui ainda 5 ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cujas quantidades de hectares estão em fase de levantamento/vistoria. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em TDAS`s (Títulos da Dívida Agrária).

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado somente para a classe de terras florestais.

Os valores atribuídos foram determinados, através de laudo de avaliação preparado por especialista, gerando um aditivo de R$ 58.810 ao custo de R$ 25.091, registrado no ativo imobilizado, perfazendo um total de R$ 83.901 no balanço da controladora e um aditivo de R$ 63.385 ao custo de R$ 25.838 registrado no balanço consolidado, totalizando R$ 89.222. Sobre o saldo constitui-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos de R$ 19.995 controladora e R$ 21.551 consolidado.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes (R$ 41.834).

13.3 - Jazidas

Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Dado o nível atual da produção, a Companhia detém minério de cromita suficiente para fazer frente às suas necessidades durante os próximos trinta e um anos.

A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurida proporcionalmente à reserva lavrável estimada.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, a Companhia realizou a avaliação do seu passivo ambiental proveniente do fechamento de minas, cujos registros iniciais foram feitos no ativo imobilizado, em contrapartida do passivo. O ativo é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.

Os gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo.

13.4 - Imobilizações em andamento

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de imobilizações em andamento refere-se a projetos nas áreas de mineração e metalurgia, principalmente sistema de despoeiramento dos fornos, tratamento de efluentes, dentre outros.

13.5 - Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2010, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração. Ver nota explicativa nº 2.

13.6 - Bens dados em garantia

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantias de processos, os quais totalizam R$ 2.367 (2009, R$ 4.739), líquidos de depreciação.

14 ATIVO BIOLÓGICO

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos, como um todo, seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Custo de formação dos ativos biológicos	90.029	84.504	70.499
Ajuste a valor justo dos ativos biológicos	33.492	17.318	25.898
Total	123.521	101.822	96.397

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de eucalipto para transformação em carvão, o qual é utilizado no processo produtivo das ligas de ferro cromo e silício. A Companhia possui a área total de 72.415 hectares(*) (2009, 54.598 hectares), sendo que 19.624 hectares(*) (2009, 17.729 hectares) estavam plantados com florestas de eucaliptos, considerando as áreas de preservação permanente e reserva legal, que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

(*) *Informações não auditadas.*

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo considerando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde ao valor descontado da projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(ii) A taxa de desconto (8,85% a.a.) utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital (*WACC- Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração;

(iii) O volume de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhido foi determinado com base na produtividade média de cada unidade florestal (fazendas plantadas em um mesmo ano) no ano de sua colheita. A produtividade de cada unidade varia em função do material genético, das condições edafo-climáticas (clima e solo) e dos tratamentos silviculturais. A produtividade nas unidades é estimada por um inventário anual (Inventário florestal contínuo) que permite conhecer o volume de madeira em pé, bem como basear a construção de modelos para estimar a produtividade na idade de corte, que atualmente é de 7 anos;

(iv) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R$/metro cúbico, são obtidos através de pesquisas de preço de mercado e de transações de venda ocorridas na região onde a Companhia possui florestas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(v) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(vi) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação das variações de valor justo

	Conntroladora (BR GAAP) e Consolidado (BR GAAP e IFRS)
Saldo em 1º de janeiro de 2009	96.397
Gastos com novos plantios e manutenção	17.517
Corte (exaustão)	(4.806)
Variação do valor justo por:	
Preço	(10.218)
Volume	2.932
Saldo em 31 de dezembro de 2009	101.822
Gastos com novos plantios e manutenção	16.072
Corte (exaustão)	(12.693)
Variação do valor justo por:	
Preço	15.980
Volume	2.340
Saldo em 31 de dezembro de 2010	123.521

A exaustão dos ativos biológicos do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção da lenha e na cadeia produtiva do carvão que é insumo para a produção das ferro ligas.

Durante o exercício de 2009, dentre fatores que levaram a uma redução no saldo dos ativos biológicos destaca-se a queda no preço do eucalipto, equivalente a 8%. Em compensação, houve aumento de 13% na área plantada.

Para o exercício de 2010, houve aumento de preço e de área plantada em cerca de 11%, quando comparado ao exercício de 2009.

15 FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Curto prazo						
Energia	12.418	8.838	10.183	12.418	8.838	10.183
Matéria-prima e insumos	13.808	4.484	1.760	13.808	4.484	1.760
Outros fornecedores	14.561	8.429	13.005	14.540	8.408	12.984
	40.787	21.751	24.948	40.766	21.730	24.927
Longo prazo						
Matéria-prima e insumos	-	5.550	6.902	-	5.550	6.902
Total	40.787	27.301	31.850	40.766	27.280	31.829

16 ADIANTAMENTOS DE CONTRATOS DE CÂMBIO E DE EXPORTAÇÃO

			Encargos		Vencimento		Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
Instituição Financeira	Tipo	Moeda	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009
Banco Bradesco	ACC	US$	2,10% a.a.	6,5% a.a.	13/09/2010	28/02/2009	13.947	2.008
Banco Itaú Unibanco	ACC	US$	2,28% a.a.	-	13/09/2010	-	23.137	-
Banco Santander Brasil	ACC	US$	2,17% a.a.	6,5% a.a.	07/06/2010	16/01/2009	5.230	2.446
Banco Itaú Unibanco	ACE	US$	2,80% a.a.	-	01/03/2010	-	2.445	-
Banco Santander Brasil	ACE	US$	2,75% a.a.	-	26/02/2010	-	163	-
Banco do Brasil	ACE	US$	2,70% a.a.	-	26/02/2010	-	1.633	-
Total							46.555	4.454

17 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Salários e encargos	5.965	2.437	762	5.979	2.445	762
Provisões trabalhistas e encargos	9.639	7.227	9.385	9.639	7.227	9.385
Participações no lucro	15.431	6.971	19.813	15.431	6.971	19.813
Total	31.035	16.635	29.960	31.049	16.643	29.960

18 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Imposto de renda	2.301	-	9.066	2.301	-	9.115
Contribuição social sobre o lucro líquido	1.645	-	12.660	1.645	-	12.880
IPI	1.362	1.298	965	1.362	1.298	965
ICMS	2.818	920	2.215	2.818	920	2.215
I.R.R.F a recolher	800	-	-	800	-	-
Outros	753	705	856	908	810	884
	9.679	2.923	25.762	9.834	3.028	26.059
Não circulante						
Imposto de renda (a)	-	4.796	-	-	4.796	-
Contribuição social sobre o lucro líquido (b)	2.290	2.247	7.605	2.377	2.334	7.605
Outros	-	-	91	-	-	178
	2.290	7.043	7.696	2.377	7.130	7.783
Total	11.969	9.966	33.458	12.211	10.158	33.842

(a) Imposto de renda / depósito para reinvestimento

Estão registrados na rubrica de Imposto de renda os valores a título de Incentivo Fiscal de reinvestimento de 30% (trinta por cento) do imposto de renda devido nos anos calendário 2007 e 2008, em contrapartida dos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil – BNB, atendendo ao que dispõe o Artigo 19º da Lei nº 8.167/91 ou Artigo 4º da Lei nº 8.191, com as alterações introduzidas pelo Artigo 2º da Lei nº 9.532/97, devidamente regulamentado pelo Artigo 27º da Portaria nº 855/94, da SUDENE, pelo Decreto nº 4.213/02, e pelos Artigos 1º ao 3º, da Medida Provisória nº 2.199/01.

Esses valores ficaram registrados nas contas de passivo até a aprovação dos projetos de reinvestimento, pela SUDENE, que ocorreu em junho de 2010. Com a aprovação, esses valores foram capitalizados. Por se tratar de uma subvenção governamental, cuja principal condição consistia na compra, construção ou aquisição de ativos não circulantes pela Companhia, o valor de R$ 4.796 foi reconhecido como uma receita diferida registrada na rubrica de Máquinas e equipamentos, no ativo imobilizado, e está sendo transferida para o resultado, em base sistemática e racional, durante a vida útil dos correspondentes ativos adquiridos. A amortização desta subvenção, no período, totalizou R$ 1.963, cuja contrapartida do imobilizado foi o custo dos produtos vendidos.

(b) CSLL – Exportações – EC nº 33/2001

A Companhia impetrou Mandado de Segurança pleiteando o reconhecimento do direito líquido e certo de não incluir na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL as receitas oriundas de exportação, a partir de 31 de dezembro de 2001, inclusive, conforme determinado pela Emenda Constitucional nº 33, declarando, por conseguinte, serem compensáveis os valores indevidamente recolhidos a maior com a própria CSLL e outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, aplicando-se a Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC. Este processo obteve decisão improcedente, no juízo de primeira instância, e está, atualmente, aguardando recurso de julgamento apresentado no Tribunal Regional Federal.

19 PROVISÃO PARA PASSIVO AMBIENTAL

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente, tendo como premissas o pleno atendimento da legislação aplicável e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. Desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações industriais e de mineração, bem como reduzir os custos futuros decorrentes do término das atividades de sua lavra.

A Administração da Companhia constituiu estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de suas minas, considerando as seguintes premissas:

(a) Foram considerados os gastos futuros com remoção de material no subsolo, demolição de construções, carregamento e transporte dos resíduos e recuperação ambiental;

(b) Não incorrerão na maioria destes custos, por vários anos, o que requer estimativas para longo prazo e por isso, as estimativas de custos com abandono continuarão a ser revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos, já contabilizados;

(c) As leis e regulamentações de encerramento e restauração poderão mudar no futuro ou circunstâncias que afetam as operações poderão mudar, e, em qualquer hipótese, poderão ter desvios dos planos atuais de lavra; e,

(d) O cálculo do valor de mercado da obrigação para desmobilização de ativos requer que a Companhia assuma premissas para projetar os fluxos de caixa, assim como estimativas de taxas de inflação, para determinar a taxa de juros de crédito livre de risco e determinar prêmios sobre riscos de mercado aplicáveis às operações. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de 11,03 % a.a..

A seguir demonstramos a movimentação da provisão:

	Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)
Saldo em 1º de janeiro de 2009	8.788
Atualização	1.017
Saldo em 31 de dezembro de 2009	9.805
Atualização	1.135
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.940

20 PROVISÃO PARA PASSIVOS EVENTUAIS

A Administração da Companhia e de suas controladas, com seus assessores jurídicos, classificaram os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Classificação dos processos, valores em 31/12/2010 (controladora e consolidado)			
	Remota	Possível	Provável	Total
Administrativas e fiscais	-	47.504	9.967	57.471
Trabalhistas	2.229	2.590	2.676	7.495
Cíveis e penais	190	2.648	1.175	4.013
Total	2.419	52.742	13.818	68.979

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP e IFRS)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisões para contingências						
Administrativas e fiscais	9.967	2.567	3.481	9.967	3.127	3.901
Trabalhistas	2.676	1.822	1.622	2.676	1.822	3.098
Cíveis	1.175	239	813	1.175	279	893
Total	13.818	4.628	5.916	13.818	5.228	7.892

Movimentação das provisões:

Controladora	Trabalhistas	Administrativas e fiscais	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	1.622	3.481	813	5.916
Novos processos/complementos	2.021	-	10	2.031
Reversão	(1.821)	(914)	(584)	(3.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.822	2.567	239	4.628
Novos processos/complementos	1.250	7.400	936	9.586
Baixa por pagamento	(396)	-	-	(396)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.676	9.967	1.175	13.818

Consolidado	Trabalhistas	Administrativas e fiscais	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	3.098	3.901	893	7.892
Novos processos/complementos	2.021	140	10	2.171
Reversão	(3.297)	(914)	(624)	(4.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.822	3.127	279	5.228
Novos processos/complementos	1.250	7.400	936	9.586
Baixa por pagamento	(396)	-	-	(396)
Reversão	-	(560)	(40)	(600)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.676	9.967	1.175	13.818

20.1 - Perdas prováveis

Administrativas e fiscais

• Tributos Federais – IR/PIS/COFINS/CSLL

A Companhia responde administrativamente, a autos de infração, lavrados pela Delegacia da Receita Federal de Camaçari, relativos a questionamentos sobre as declarações de PIS e COFINS, dos anos base 1998 e 2000, e erros no preenchimento da DIPJ de 1999. A administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R$ 578, em 31 de dezembro de 2010, controladora e consolidado (31 de dezembro de 2009, R$ 397 controladora e consolidado) conforme demonstramos a seguir:

Tributos	Processo	Valor do auto	Valor da provisão
COFINS	1350.1000.294/2003-21	1.187	511
PIS	1350.1000.293/2003-87	154	67
Total		1.341	578

• Auto de infração do IBAMA (nº 548374)

A Companhia possui auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no montante de R$ 817 (31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, R$ 691). Esse auto de infração está sendo defendido administrativamente e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no referido montante.

Continua >>>

Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ 15.141.799/0001-03

FESA 3 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA
FESA 4 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA
AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES
abrasca Associação Brasileira das Companhias Abertas
BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo
50 ANOS
Ferbasa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

• Multas e autos de infração
A Companhia possui multas e autos de infração de diversas naturezas no montante de R$ 6.149 (31 de dezembro de 2009, R$ 2.411, controladora e R$ 3.686, consolidado/ 1º de janeiro de 2009, R$ 4.094, controladora e R$ 4.926, consolidado). A administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante de R$ 2.165 (31 de dezembro de 2009, R$ 1.479, controladora e R$ 2.039, consolidado/ 1º de janeiro de 2009, R$ 2.790, controladora e R$ 3.210, consolidado).

Cíveis e penal

• Processo penal (nº 1629113-8) movido pelo Ministério Público
A Companhia possui ação penal movida pelo Ministério Público da Bahia face a suposto dano ambiental no montante de R$ 500. Essa ação está sendo defendida judicialmente convergindo para uma possível assinatura de Termo de ajustamento de conduta e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis, no montante de R$ 500 em 31 de dezembro de 2010.

• Cíveis
A Companhia e suas controladas possuem diversos processos cíveis relativos a indenização por reparação de danos e perdas materiais no montante de R$ 1.614. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração mantém registrada a provisão para fazer face às perdas consideradas como prováveis no montante estimado de R$ 675 controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2010 (31 de dezembro de 2009, R$ 1.822, controladora e consolidado / 1º de janeiro de 2009, R$ 1.622 controladora e R$ 3.098 consolidado).

Trabalhistas
A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista, movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária, e versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). Do montante provisionado em 31 de dezembro de 2010, R$ 1.058 refere-se a processos por responsabilidade solidária.

20.2 - Perdas possíveis

• Auto de infração ICMS – Produtos Intermediários
A Companhia possui autos de infração, lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, no montante de R$ 2.466 (31 de dezembro de 2009, R$ 2.303/ 1º de janeiro de 2009, R$ 2.189), oriundos da utilização de créditos de ICMS de produtos intermediários. Esses autos de infração estão sendo defendidos judicialmente e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos de que as chances de êxito são possíveis, a administração não registrou qualquer provisão às demonstrações financeiras.

20.3 - Processos judiciais (ativos/passivos)

• Ativos

PIS - *Leis nºs* 2445 e 2449/88
A Companhia obteve decisão judicial quanto aos créditos provenientes da ação ajuizada visando a declaração do direito da empresa de não recolher o PIS com base nos Decretos-Leis nºs 2445 e 2449/88, já declarados inconstitucionais, bem como de ter restituído os valores que foram pagos a maior a título da citada contribuição.
Em vista a procedência da ação, foi requerida a Execução da mesma, tendo sido apresentada planilha com a descriminação dos valores a serem restituídos. A União Federal opôs Embargos à Execução e, ao julgá-los, o juiz homologou o laudo pericial, fixando o montante de R$ 2.444 mil relativo à Companhia. De acordo com as práticas contábeis, a Companhia não efetuou registro deste ativo para 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e para 1º de janeiro de 2009.
A União Federal interpôs recurso de apelação e os autos encontram-se no Tribunal Regional Federal 1ª Região.

Empréstimo compulsório Eletrobrás
A Companhia e suas controladas Damacal e Mineração Jacurici possuem ação declaratória nº 2003.33.00.029795-5 através da qual solicita a restituição, com a devida correção monetária, de créditos oriundos do Empréstimo Compulsório, instituído em favor da Eletrobrás, no período de 01/1977 a 02/1994.
A ação foi julgada procedente pelo Juiz da 10ª Vara Federal, reconhecendo que deve ser aplicada a correção monetária plena (ORTN, OTN, BTN, IPC, INPC, UFIR e Taxa Selic), nos valores arrecadados, a título de Empréstimo Compulsório, instituído em favor da Eletrobrás, abarcando os valores já convertidos em ações, bem como os que iriam ser convertidos por intermédio da 3ª conversão.
O Juiz Singular não reconheceu a aplicação dos juros de mora de 1%, a partir do trânsito em julgado da presente ação, conforme preceitua o art. 167 do CTN, e ainda reconheceu que uma parte do crédito em tela encontra-se prescrito. Sendo assim, em 05/08/2004, os autores interpuseram recurso de apelação com relação a tais itens.
Em 14/12/2007, foi publicado o Acórdão reconhecendo em parte a aplicação da correção monetária pleiteada na exordial, pois afastou a incidência da Taxa Selic. Reconheceu também que os valores recolhidos antes de 25/11/1977 estão prescritos.
A Eletrobrás interpôs Embargos Infrigentes ao Acórdão, proferido pelo TRF da 1ª Região, e atualmente, os autos encontram-se conclusos ao Desembargador.
Os valores serão apurados de forma segura quando da possível liquidação dos créditos.

• Contingências passivas

Notificações fiscais de lançamento de débito - CFEM
A Companhia, como arrendatária ou titular de direitos minerários, foi notificada, em junho de 2007, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM para quitar suposto débito por recolhimento inadequado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM (notificações fiscais de lançamento de débito nºs 971.134/2006, 971.135/2006, 971.136/2006, 971.137/2006 e 971.138/2006.
A Companhia apresentou suas defesas administrativas requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança, o que não foi acatado pelo Superintendente do DNPM/BA, em dezembro de 2010, o qual sugeriu pela manutenção integral das NFLD´s.
Os valores atualizados das notificações montam em R$ 50.933, em 31 de dezembro de 2010.
As notificações não contemplam deduções de depósitos judiciais e de determinados recolhimentos efetuados pela Companhia, ao longo dos anos citados.
Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, considerando parte prescricional do período notificado, a Companhia tem prognóstico de êxito parcial na esfera judicial e efetuou provisão para cobrir eventuais perdas no montante de R$ 6.424, valores que ainda serão debatidos na via judicial.
Não obtendo êxito na esfera administrativa, a demanda será questionada na esfera judicial, momento em que a Companhia poderá ser solicitada a depositar judicialmente os valores envolvidos.

• Crédito prêmio do IPI
A Companhia propôs ação judicial nº 00.0060209/4 contra a União em 1987, a qual tramitou na 5ª Vara de Justiça Federal da Bahia, cujo objeto referiu-se ao Crédito Prêmio do IPI, nos termos do Decreto Lei nº 491/69 e Decreto nº 64.833/69, relativo aos incentivos decorrentes das exportações realizadas no período de 01/01/1982 a 30/04/1985.
A referida ação judicial obteve decisão favorável, transitada em julgado em 6/10/1995, cuja determinação garantiu à Companhia o direito à compensação dos créditos existentes e condenou a União ao pagamento da verba honorária de sucumbência.
Diante da decisão transitada em julgado, a Companhia requereu a homologação dos créditos, através do processo administrativo nº 13501.000019/2002-27, os quais foram compensados com débitos de diversos tributos federais.
A Delegacia da Receita Federal de Camaçari emitiu, em 11/01/2006, a intimação nº 0032/2006 exigindo que a Companhia comprovasse a desistência da execução do título judicial perante o Poder Judiciário e a assunção de todas as custas do processo de execução, inclusive os honorários advocatícios, sob pena de não homologar as compensações requeridas. Em 10/02/2006, a Companhia contestou as exigências da intimação 0032/2006.
Por meio do Despacho Decisório DRF/CCI/SAORT nº 24/2007, a Delegacia da Receita Federal de Camaçari decidiu pela não homologação dos créditos compensados, exigindo a cobrança dos tributos na ordem de R$ 62.034.
Por este motivo, a Companhia interpôs recurso voluntário nº 155.658 perante o Conselho de Contribuintes, o qual teve o provimento negado. A Companhia interpôs recurso especial, protocolado em 09/12/2010, o qual se encontra em fase de julgamento, sendo a perspectiva de êxito remota na esfera administrativa.
Não obtendo êxito na esfera administrativa, a demanda será questionada na esfera judicial, quando a probabilidade na opinião dos assessores jurídicos internos e externos é provável, pois o direito à compensação dos créditos é liquido e certo, conforme determinação judicial já transitada em julgado.
O valor do suposto débito atualizado corresponde a R$ 72.143, para o qual não foi constituída provisão, tendo em vista o prognóstico de êxito já mencionado.

21 SALDOS E TRANSAÇÕES COM ACIONISTAS E PARTES RELACIONADAS

	TRANSAÇÕES			SALDOS					
				Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante		
	Custos com arrendamento	Receita de vendas	Despesas gerais e administrativas	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Dividendos propostos	Juros sobre o capital próprio
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(d)	(f)	(g)	(g)
Acionistas									
Fundação José Carvalho	-	-	535	-	-	-	-	2.187	10.676
Controladas									
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	840	-	-	-	65	-	-	-	-
Mineração Vale do Jacurici S.A.	360	-	-	-	539	-	-	-	-
Reflora e outros	96	-	-	-	-	-	21	-	-
Parte relacionada									
Marubeni Corporation	-	56.722	-	4.027	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2010	1.296	56.722	535	4.027	604	-	21	2.187	10.676
Total em 31 de dezembro de 2009	1.461	71.444	854	3.530	754	-	87	-	4.247
Total em 1º de janeiro de 2009	-	-	-	5.380	514	1.630	21	13.238	-

(a) Trata-se de arrendamento das operações das empresas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.
(b) Receita por venda de ligas (FeSi75%) vinculada no exterior .
(c) Como incentivo a projetos sociais, a Companhia firmou Convênio de Cooperação Educacional com a Fundação José Carvalho, cujo objetivo é o de custear as despesas incorridas no processo educativo da Escola Maria Carvalho, Escola Denise Carvalho e Escola Márcio Seno. Este convênio tem como vigência 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, o valor máximo estabelecido de contribuição para o ano letivo de 2010 é de R$ 1.980 mil.
(d) Contas a receber por venda de ligas (FeSi75%) vinculada no exterior e contas a receber de controlada, sob o qual não há incidência de encargos financeiros.
(e) Dividendos a receber sobre o resultado apurado no exercício de 2010 das controladas Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. – Silbasa e Mineração Vale do Jacurici S.A.
(f) Contas a pagar ao projeto Florestal Pontes I.
(g) Valor de juros sobre o capital próprio, proposto, pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de outubro de 2010 e dividendos complementares ao encerramento do exercício.

Dividendos adicionais propostos
A controladora Fundação José Carvalho possui saldo de dividendos adicionais propostos registrado no patrimônio liquido no valor de R$ 1.601 (2009, R$ 385).

Garantias e avais
A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 - Capital social
O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 706.132 (31 de dezembro de 2009, R$ 645.515/ 1º de janeiro de 2009, R$ 543.223) e está representado por 88.320 mil ações nominativas, sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias, das quais 40 mil estão em tesouraria, e 58.880 mil ações preferenciais é assim distribuído:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Fundação José Carvalho	29.078.696	15.160.000	29.078.696	15.160.000	29.078.696	15.160.000
Fundo Fator Sinergia III e IV FIA	100	7.371.400	100	7.769.200	100	7.896.798
Norges Bank	-	3.532.900	-	-	-	-
VBI Exclusivo Ações Fundo Inv.	-	2.650.000	-	-	-	-
Poland FIA	-	-	-	-	-	4.998.300
Deutsche Bank Ag London	-	-	-	-	-	3.259.900
Ações em tesouraria	40.000	-	40.000	-	40.000	-
Outros (*free float*)	321.204	30.165.700	321.204	35.950.800	321.204	27.565.002
Total	29.440.000	58.880.000	29.440.000	58.880.000	29.440.000	58.880.000

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.
A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2009, aprovou a alteração do estatuto social, modificando o conceito de capital social da Companhia para capital social autorizado, sendo que o Conselho de Administração poderá aumentar o capital social até o limite de R$ 900 milhões, sem a necessidade de reforma estatutária como também aprovou o aumento do capital, sem modificação do número de ações, no montante de R$ 102.292, sendo R$ 9.181 proveniente de incorporação de incentivos fiscais do imposto de renda (Lei nº 4.239/63 e Lei nº 8.191/91) e R$ 93.111 da incorporação parcial do saldo da reserva de lucros para investimentos.
A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2010, aprovou o aumento do capital, sem modificação do número de ações, no montante de R$ 60.617, totalmente proveniente da incorporação de incentivos fiscais do Imposto de Renda (Lei nº 4.239/63 e Lei nº 8.191/91).

22.2 - Ações em Tesouraria
O objetivo da aquisição dessas ações refere-se ao reembolso dos acionistas dissidentes e estão representadas por 40 mil ações ordinárias. O custo médio de aquisição foi de R$ 0,06 por ação. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação em Bolsa de Valores de São Paulo encontra-se apresentado a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Quantidade de ações em tesouraria	40.000	40.000	40.000
Cotação por ação na BM&FBovespa - R$	13,00	11,79	6,28

22.3 - Direito das ações
As ações ordinárias só poderão pertencer a brasileiros ou pessoas jurídicas com a totalidade do capital social pertencente a brasileiros.
As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

22.4 - Reservas e ajustes de avaliação patrimonial (líquidos do imposto de renda e contribuição social)

a) Reserva legal
A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

b) Reserva de lucros (imposto de renda)
A reserva de lucros relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída a acionistas, na forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. Esta reserva contempla também valor de realização da subvenção (reinvestimento do imposto de renda), cujo valor de R$ 1.963 foi realizado no exercício. Ver notas explicativas nºs 10 e 18.

c) Reserva para realização de investimento
Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia.
O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2011, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, será submetido, pelos órgãos da Administração, à Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre o balanço do exercício. O saldo referente à apropriação da reserva para investimentos do exercício de 2010 foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010.

d) Reserva de dividendo adicional proposto
Constituída com base na proposta da administração de distribuição de dividendos da parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, a ser realizada mediante a aprovação em Assembleia Geral Ordinária quanto à sua distribuição.

22.5 - Dividendos propostos e juros sobre capital próprio
Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuída aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais à sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia.
A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

(=) Lucro líquido do exercício	133.729
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(6.686)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE e reinvestimento)	(21.148)
(=) Lucro base ajustado para distribuição de dividendos	105.895
Juros sobre o capital próprio do exercício de 2010 (calculados outubro/2010)	
R$ 0,2333 por lote de mil ações ordinárias	6.859
R$ 0,25665 por lote de mil ações preferenciais	15.112
Total	21.971
Dividendos mínimos obrigatórios (em complemento ao JSCP)	
R$ 0,04780889 por lote de mil ações ordinárias	1.406
R$ 0,05258978 por lote de mil ações preferenciais	3.096
Total	4.502
Proposta de dividendos complementares do exercício de 2010 para aprovação na AGO	
R$ 0,03499824 por lote de mil ações ordinárias	1.029
R$ 0,03849806 por lote de mil ações preferenciais	2.267
Total	3.296
Total de dividendos distribuídos/propostos do resultado do exercício	29.769
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	28,11%

Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos complementares ao mínimo obrigatório, conforme resultado apurado de acordo com as práticas contábeis anteriores, conforme demonstrado a seguir:

Juros sobre o capital próprio do exercício de 2009	
R$ 0,0928 por lote de mil ações ordinárias	2.728
R$ 0,1021 por lote de mil ações preferenciais	6.014
Total	8.742
Proposta de dividendos complementares do exercício de 2009 para aprovação na AGO	
R$ 0,0081 por lote de mil ações ordinárias	240
R$ 0,0089 por lote de mil ações preferenciais	529
Total	769
Total de dividendos distribuídos/propostos do resultado do exercício	9.511

O lucro remanescente do exercício, não distribuído sob a forma de dividendos, é destinado à constituição de reservas para investimento, conforme proposta de destinação do resultado, a ser apresentada em Assembleia Geral Ordinária.
A Administração, conforme deliberação tomada em reunião realizada em 28/10/2010, aprovou a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, que serão imputados ao valor dos dividendos propostos, relativos ao exercício de 2010, para todos os efeitos legais, cujo pagamento se iniciou em janeiro de 2011.
Os juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 21.971 (31 de dezembro de 2009, R$ 8.742/ 1º de janeiro de 2009, R$ 35.784) foram contabilizados como despesa financeira no exercício, para fins fiscais. Em atendimento à deliberação CVM nº 207/96, foram revertidos nos resultados dos respectivos exercícios, não produzindo desta forma, efeito nos lucros líquidos destes.
Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF à alíquota de 15%.
A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2010, aprovou a distribuição aos acionistas de R$ 769 dos dividendos propostos e registrados em 31 de dezembro de 2009. O início do pagamento dos mesmos ocorreu em 7 de maio de 2010.

22.6 - Resultado por ação
Conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

23 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A seguir, a análise da receita da Companhia no exercício, excluindo-se a receita com investimento:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	657.376	416.242	657.376	416.242
Mercado externo	170.836	150.178	170.836	150.178
	828.212	566.420	828.212	566.420
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(6.079)	(15.444)	(6.079)	(15.444)
Impostos sobre vendas	(159.506)	(102.003)	(159.626)	(102.138)
ICMS Desenvolve	10.551	1.915	10.551	1.915
	(155.034)	(115.532)	(155.154)	(115.667)
Receita líquida de vendas	673.178	450.888	673.058	450.753

Em função do volume vendido e preços praticados no mercado interno durante o exercício de 2010, a Companhia auferiu benefício do ICMS Desenvolve no montante de R$ 10.551, o que impactou positivamente as deduções de vendas, tendo em vista que o registro desta subvenção ocorreu diretamente na rubrica de ICMS sobre vendas. Ver nota explicativa nº 2.

24 DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Custos dos produtos vendidos	(498.671)	(400.005)	(497.586)	(398.763)
Despesas com vendas	(10.021)	(7.486)	(10.021)	(7.486)
Despesas gerais e administrativas	(24.336)	(34.407)	(24.623)	(34.762)
Honorários dos administradores	(9.843)	(8.617)	(9.885)	(8.657)
Participação nos lucros	(11.292)	(3.321)	(11.292)	(3.321)
Outras líquidas	(12.518)	5.605	(12.015)	8.827
Total	(566.681)	(448.231)	(565.422)	(444.162)

Abaixo demonstramos a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(225.573)	(160.525)	(225.573)	(160.525)
Despesas com prestação de serviços	(31.653)	(32.644)	(31.653)	(32.644)
Despesas com pessoal (2)	(199.154)	(168.346)	(199.154)	(168.346)
Despesas com aluguel de equipamentos	(3.376)	(4.973)	(3.376)	(4.973)
Despesas com manutenção e reparos	(37.229)	(25.205)	(37.229)	(25.205)
Despesas operacionais com depreciação	(35.552)	(35.328)	(35.552)	(35.328)
Provisões para passivos eventuais	(9.586)	1.288	(9.586)	1.288
Convênio educacional	(535)	(854)	(535)	(854)
Despesas imobilizado baixado	(130)	(459)	(130)	(459)
Combustíveis e lubrificantes	(11.698)	(12.289)	(11.698)	(12.289)
Outras despesas	(12.195)	(14.525)	(10.936)	(8.456)
Receita venda imobilizado	-	663	-	663
Receita tributária (1)	-	4.966	-	4.966
Total das despesas/receitas operacionais e custos dos produtos vendidos	(566.681)	(448.231)	(565.422)	(442.162)

(1) Trata-se de créditos fiscais extemporâneos de ICMS apurados sobre aquisições de combustíveis no período compreendido entre 2004 a 2008; e
(2) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.

25 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	37.695	29.635	41.079	32.806
Variação cambial	321	8.738	321	8.738
Outras receitas	617	2.067	733	2.159
	38.633	40.440	42.133	43.703
Despesas financeiras				
Juros sobre adiantamento de contrato de câmbio	(663)	(949)	(663)	(949)
Juros pagos ou incorridos	(4.512)	(114)	(4.512)	(114)
Atualização provisão para fechamento de mina (a)	(1.135)	(1.017)	(1.135)	(1.017)
Outras	19	(81)	15	(1.861)
	(6.291)	(2.161)	(6.295)	(3.941)
Total	32.342	38.279	35.838	39.762

(a) Ver nota explicativa nº 19.

26 SEGMENTOS OPERACIONAIS

26.1 - Critério de identificação de segmentos operacionais
A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração (representada pelo Diretor Presidente) gerencia o negócio e com base nos critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 08 – Informação por segmento). Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:
a) Segmento de ligas de cromo: envolve as operações de ferro ligas de cromo alto e baixo carbono, para abastecimento do mercado siderúrgico nacional e internacional;
b) Segmento de silício: envolve as operações de ferro ligas de silício 75% especial que abastece substancialmente o mercado externo e o silício 75% *standard* e especial que abastece o mercado nacional de siderurgia.

26.2 - Informações consolidadas dos segmentos operacionais:

	Consolidado (BR GAAP e IFRS 2010)			
	Ligas de cromo	Ligas de silício	Outros segmentos / corporativo	Total
Vendas líquidas				
Mercado interno	364.001	97.150	45.044	506.195
Mercado externo	24.686	141.851	326	166.863
Total	388.687	239.001	45.370	673.058
Variação do valor justo dos ativos biológicos	1.900	15.363	1.057	18.320
Custo dos produtos vendidos	(280.486)	(181.434)	(35.666)	(497.586)
Lucro bruto	110.101	72.930	10.761	193.792
Despesas operacionais	(39.203)	(23.950)	(4.683)	(67.836)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial	70.898	48.980	6.078	125.956
Vendas de produtos (ton)				
Mercado interno	130.282	37.671	207	168.160
Mercado externo	9.410	52.476	-	61.886
Total	139.692	90.147	207	230.046

Continua >>>

Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Sociedade Anônima de Capital Aberto
CNPJ 15.141.799/0001-03

FESA 3 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA
FESA 4 NÍVEL 1 BM&FBOVESPA
NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES
abrasca Associação Brasileira das Companhias Abertas
BOVESPA Bolsa de Valores de São Paulo
50 ANOS
Ferbasa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

	Consolidado (BR GAAP e IFRS 2009)			
	Ligas de cromo	Ligas de silício	Outros segmentos / corporativo	Total
Vendas líquidas				
Mercado interno	227.036	49.592	27.272	303.900
Mercado externo	10.402	136.391	60	146.853
Total	237.438	185.983	27.332	450.753
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(756)	(6.109)	(421)	(7.286)
Custo dos produtos vendidos	(229.522)	(147.350)	(21.891)	(398.763)
Lucro bruto	7.160	32.524	5.020	44.704
Despesas operacionais	(21.129)	(21.160)	(3.110)	(45.399)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	(13.969)	11.364	1.910	(695)
Vendas de produtos (ton)				
Mercado interno	99.638	21.235	23	120.873
Mercado externo	5.024	53.122	-	58.146
Total	104.662	74.357	23	179.019

O saldo na coluna outros segmentos/corporativo envolve, substancialmente, receitas e despesas da mineração e despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos.
As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização da administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

27 PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS

O estatuto social da Companhia estabelece que o resultado do exercício, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão do imposto de renda, serão deduzidos:
• Até 10% para distribuição aos empregados, a critério da Diretoria Executiva e obedecida as normas estabelecidas pela Companhia sobre o assunto, e,
• Até 10% do saldo resultante para gratificação aos administradores.
Entretanto, as normas estabelecidas pela Companhia para o valor da PLR, para distribuição aos empregados e no Acordo Coletivo de Participação dos Lucros/Resultados, possuem as seguintes condições negociadas para o exercício de 2010:
• Farão jus à participação nos lucros todos os funcionários, horistas e/ou mensalistas, que efetivamente trabalharam no ano de 2010, tendo sido admitidos até 02/01/2010 e que sejam empregados da Companhia na data do efetivo pagamento da PLR;
• Os funcionários da Ferbasa despedidos, por iniciativa da empresa ou que pediram demissão, no período compreendido entre 01/11/2010 e 31/12/2010 receberão o pagamento da PLR, objeto do presente acordo, proporcionalmente ao número de meses efetivamente trabalhados; e
• Não farão jus ao pagamento da PLR, objeto do presente acordo, os funcionários temporários e os terceirizados, na forma da legislação aplicável, os demitidos por justa causa, os demitidos por qualquer motivo e que solicitaram demissão até 31/10/2010 e os que não mais mantiverem relação empregatícia com a Ferbasa.
A parcela do lucro líquido apurado destinado ao pagamento da PLR correspondente ao exercício de 2010, para os funcionários, terá o seguinte critério:
a) Os empregados com 03 (três) anos ou mais ou com, no mínimo, 02 (dois) anos, 11 (onze) meses e 15 (quinze) dias de serviço, prestados à Companhia, completados até 31/12/2010, receberão 100% (cem por cento) do valor padrão, que corresponderá a no máximo 8% (oito por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício 2010, limitado a 05 (cinco) salários-base do empregado, conforme adiante definido;
b) Os empregados com 02 (dois) anos ou com, no mínimo, 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 15 (quinze) dias de serviço prestado à Companhia, completados até 31/12/2010 terão direito a 75% (setenta e cinco por cento) do valor padrão, levando em conta os requisitos da letra *a* desta Cláusula;
c) Os empregados com 01 (um) ano ou 11 (onze) meses e 15 (quinze) dias de serviço completado até 31/12/2010, terão direito a 50% (cinquenta por cento) do valor padrão, levando em conta os requisitos da letra *"a"* desta Cláusula;
d) Os empregados demitidos de 01/05 a 30/11/2009 e readmitidos até 30/06/2010, que tiverem menos de 01 (um) ano de serviço prestado à Companhia e estejam ativos em 31/12/2010, receberão 25% (vinte e cinco por cento) do valor padrão, levando em conta os requisitos previstos na letra *"a"* acima;
e) Os empregados demitidos já aposentados receberão proporcional ao número de meses trabalhados no exercício 2010, levando em conta os requisitos das letras *"a", "b", "c"* acima;
f) Os empregados demitidos após 01/10/2010 receberão proporcional ao número de meses trabalhados, desde que se enquadrem nos requisitos de uma das letras *"a"* a *"c"* desta Cláusula.
No exercício de 2010, a Companhia provisionou participações a administradores e empregados o montante de R$ 15.431 (2009, R$ 6.971), sendo R$ 11.292 (2009, R$ 3.321) relativos aos empregados. Parcela dos administradores ver nota explicativa nº 29.

28 PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia implantou plano de previdência complementar, atendendo a uma antiga reivindicação dos funcionários e que integra o programa de responsabilidade social empresarial, prevista no art. 29 do Estatuto Social.
Este plano de previdência complementar foi instituído, a partir de contrato firmado, com a BRASILPREV Seguros e Previdência S/A, relativo ao plano de contribuição definida, o qual está dividido em três categorias:
• Os participantes do grupo 1 responderão por 50% (cinquenta por cento) do valor relativo à contribuição mensal total, limitada a 8% (oito por cento) do valor do seu salário. A Companhia responderá por 50% (cinquenta por cento) do valor da contribuição mensal total, relativo a cada participante, e a parcela que exceder os 8% (oito por cento) do salário do participante do grupo 1. Estão classificados neste grupo os funcionários que possuíam, até 31 de dezembro de 2006, idade inferior a 55 anos;
• As contribuições relativas aos benefícios contratados para os participantes do grupo 2 serão integralmente custeadas pela Companhia, que efetuará uma única contribuição na forma de aporte até o dia 31 de janeiro de 2009. Estão classificados neste grupo os funcionários que possuíam, em 31 de dezembro de 2006, idade igual ou superior a 55 anos;
• As contribuições relativas aos benefícios contratados para os participantes do grupo 3 serão integralmente custeadas pela Companhia, que efetuará contribuições mensais ao plano. Estão classificados neste grupo os funcionários que tenham idade igual ou superior a 55 anos e que optaram pelo plano após 31 de dezembro de 2006.
Em 23 de dezembro de 2008, a Companhia procedeu com o aporte único à contribuição referente aos participantes do Grupo 2 no montante de R$ 15.136, realizando a provisão já existente até aquela data, a qual montava R$ 6.564. O desembolso com as contribuições, em 31 de dezembro de 2010, dos Grupos 1 e 3 corresponderam a R$ 2.872 (2009, R$ 2.887).
Este plano de benefício vem atender a necessidade de adequar a Companhia às melhores práticas de administração de pessoal e foi registrado de acordo com os procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 371/2000.

29 HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Salários	4.182	3.635	4.219	3.675
Encargos sociais	1.439	1.264	1.443	1.264
Seguro executivo	83	68	84	68
Participação nos lucros (a)	4.139	3.650	4.139	3.650
Total	9.843	8.617	9.885	8.657

(a) Ver nota explicativa nº 27.
A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

30 COMPROMISSOS

Obrigações por arrendamentos operacionais
A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamentos junto às controladas Reflora, Silbasa, Damacal e Jacurici, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Nos contratos não há índices de correção. Anualmente ocorrem aditamentos, nos quais são estipulados os valores dos arrendamentos, os quais são vigentes até o próximo aditamento contratual.
O montante de arrendamentos vigentes para o período de abril de 2010 a abril de 2011 totaliza R$ 108 por mês.
A despesa com arrendamento no exercício totalizou R$ 1.296 (2009, R$ 1.461).
A Companhia e suas controladas não possuem na data das demonstrações financeiras compromissos futuros relevantes firmados que não foram divulgados nas demonstrações financeiras.

31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais
No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.
A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009.

Gestão de risco de capital
A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.
A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 22.
A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.
A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Principais políticas contábeis
Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras.

Gerenciamento de risco financeiro
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.
Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco
O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.
As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.
A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia, por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.
A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros não derivativos e ao investimento da liquidez excedente.
A Companhia não está operando nem negociando instrumentos financeiros derivativos, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.
A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.
Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, dividendos a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos de contratos de câmbio e exportação.
Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito
O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico de perdas.

Risco de concentração do contas a receber
A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Arcelor Mittal e Marubeny Corporation, que representam cerca de 46% (2009, 55%) e 34% (2009, 49%) dos faturamentos efetuados para o mercado interno e externo, respectivamente. Qualquer problema de liquidez destes clientes ou redução na demanda pelas ferro ligas FeCrAC e FeSi75% causará impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

Gerenciamento do risco de liquidez
A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.
A tabela abaixo indica as linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir futuramente o risco de liquidez:

	31/12/2010	31/12/2009
Valores que incluem adiantamento de contrato de câmbio, conta garantida e fianças	295.000	277.000

Caixa e equivalentes de caixa
Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Diretoria. Estas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos.

Risco de taxa de câmbio
A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira (contas a receber de clientes, adiantamentos de contratos de câmbio e de câmbio para exportação); consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.
Adicionalmente, as transações comerciais de venda da Companhia para o mercado externo representam 20,63% (2009, 26,51%), controladora e consolidado, do total das vendas no exercício e suas vendas para o mercado interno são efetuadas com base no preço das commodities de ligas de cromo e ferro silício. Os valores dessas transações são baseados nas cotações do dólar, os quais podem gerar ganhos ou perdas durante o exercício.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira
A Companhia possui ativos (contas a receber) atrelado a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2010 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa de câmbio de 2011, o cenário II (possível) considera uma valorização do real em 25% frente ao dólar e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do real sobre a moeda estrangeira.

	Saldo em 31/12/2010	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US$	Taxa	R$ ganho	Taxa	R$ perda	Taxa	R$ perda
Contas a receber	9.869	1,68	138,92	1,26	(4.006)	0,84	(8.151)

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de taxa de juros
Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, conforme demonstrado nas notas explicativas nºs 5 e 6, cuja rentabilidade é avaliada em relação ao CDI.

Análise de Sensibilidade de variação nas taxas de juros
Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando o saldo aplicado em 31/12/10, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2011. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2010 (a.a.)	Cenário I Provável	Cenário II redução 25%	Cenário III redução 50%
Taxa básica de juros – SELIC	10,75%	12,22%	9,17%	6,11%
Saldo aplicações financeiras	343.314	387.740	376.634	365.526
Efeito líquido no resultado	-	44.426	(11.107)	(22.213)

Valor de mercado dos instrumentos financeiros
Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos de mercado, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle desses riscos.
Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados, na forma contratada até 31 de dezembro de 2010, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado, em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços.
Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

		31/12/2010			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	228.895	228.895	266.789	266.789
Aplicações financeiras	Valor justo	116.785	116.785	116.785	116.785
Contas a receber	Custo amortizado	111.478	111.478	111.478	111.478
Depósitos judiciais	Custo amortizado	4.511	4.511	4.641	4.641
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	40.787	40.787	40.766	40.766
Dividendos/JSCP	Custo amortizado	26.158	26.158	26.221	26.221

		31/12/2009			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	347.459	347.459	382.732	382.732
Aplicações financeiras	Valor justo	24.167	24.167	24.167	24.167
Contas a receber	Custo amortizado	61.991	61.991	61.991	61.991
Depósitos judiciais	Custo amortizado	4.392	4.392	4.521	4.521
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	21.751	21.751	21.730	21.730
Adiantamentos de contratos de câmbio e de exportação	Custo amortizado	46.555	46.555	46.555	46.555
Dividendos/JSCP	Custo amortizado	8.742	8.742	8.742	8.742

		01/01/2009			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	329.125	329.125	360.034	360.034
Contas a receber	Custo amortizado	69.552	69.552	69.552	69.552
Depósitos judiciais	Custo amortizado	4.358	4.358	4.549	4.549
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	24.948	24.948	24.927	24.927
Adiantamentos de contratos de câmbio	Custo amortizado	4.454	4.454	4.454	4.454
Dividendos/JSCP	Custo amortizado	27.779	27.779	27.814	27.814

32 COBERTURA DE SEGUROS

Face à natureza de sua atividade, à distribuição das florestas em diversas áreas distintas e às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos, é política da Companhia contratar cobertura de seguros, apenas, para os bens do ativo imobilizado sujeito a riscos. Não é prática da Companhia contratar seguros para a totalidade dos investimentos florestais.
A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos e responsabilidade civil no valor de R$ 12.002 para 31 de dezembro de 2010, (2009, R$ 2.700), conforme apólices de seguros.

33 TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA DA COMPANHIA

	Controladora (BR GAAP) e consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2010	31/12/2009
Aquisição de lenha por permuta de madeira	5.461	5.550

34 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2011, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Barbosa de Deus
Presidente

Aluisio Marins
Vice-Presidente

Membros

Adelmo José Melgaço

Mario Odiniz Nacif

Jose Eduardo Cabral de Carvalho

Mauro Fernando Maria Arruda

Geraldo de Oliveira Lopes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com a legislação vigente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, acompanhados das correspondentes notas explicativas. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Salvador-BA., 11 de março de 2011.

Armando Bento Chagas
Getúlio Lamartine de Paula Fonseca
Susana Hanna Stiphan Jabra

DIRETORIA EXECUTIVA

Geraldo de Oliveira Lopes
Diretor Presidente e de Relações c/ Investidores

José Ronaldo Sobrinho
Diretor de Mineração

Sérgio Curvelo Dória
Diretor Comercial

Giorgio Boscaini
Diretor Industrial

Victor Vieira Rodrigues
Diretor Financeiro

Marta Teixeira Barroso Fernandes
Diretora Administrativa

José dos Santos Viana
Diretor Florestal

Arnaldo Pereira Anastácio
Contador - CRC-RJ 61263/O - 0 -T - BA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA
Pojuca – BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 11 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-"F" BA

Ruti Amaral Ramos
Contadora
CRC – 1RJ nº 048.044/O-8 "T" BA

Deloitte.